

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – 90ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissão
- 3 – PRONUCIAMENTOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



## ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/10/2019

### Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes e Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 1.175 a 1.178/2019; Requerimentos n°s 3.051 a 3.095 e 3.097/2019; Requerimentos Ordinários n°s 664, 699 e 701/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimento n° 3.096/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Minas e Energia, de Segurança Pública e de Cultura – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Doutor Jean Freire, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Bruno Engler – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 701, 664 e 699/2019; deferimento – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

– O deputado Bosco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIO

Do Sr. Cláudio Franke, chefe de gabinete do ministro da Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.818/2019, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

##### Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 1.175/2019

Dispõe sobre a adesão do Estado à política nacional de alfabetização.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado adotará os princípios, os objetivos e as diretrizes da política nacional de alfabetização, a fim de implementar programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, conforme prevê o Decreto Federal nº 9.765, de 11 de abril de 2019.

Art. 2º – O Estado criará condições para estimular os hábitos de leitura e escrita e a apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, das escolas, das bibliotecas e de outras instituições educacionais, de modo a fomentar a educação literária.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 2019.

Deputado Bruno Engler (PSL)

**Justificação:** No intuito de erradicar o analfabetismo ainda existente em diversas regiões do Estado, é preciso adotar métodos que ampliem a capacidade intelectual das crianças. O Decreto Federal nº 9.765, de 11 de abril de 2019, estabelece princípios, objetivos e diretrizes destinados a implementar programas e ações baseados em evidências científicas que visam a erradicar o analfabetismo absoluto e funcional. Portanto, para melhorar a qualidade da alfabetização, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.176/2019

Dispõe sobre a concessão de certidões de registro civil em braile a pessoas com deficiência visual no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica assegurado às pessoas com deficiência visual no Estado, de forma gratuita, o acesso a certidões de registro civil confeccionadas em braile.

Parágrafo único – No escopo desta lei, estão abrangidas as certidões de registro civil:

I – de nascimento;

II – de casamento;

III – de óbito.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 2019.

Deputado Bruno Engler (PSL)

**Justificação:** O art. 24, inciso XIV, da Constituição da República, dispõe sobre a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre proteção e integração das pessoas com deficiência. O acesso a certidões de registro civil confeccionadas em braile tem como escopo atender a essa previsão constitucional. A fim de garantir às pessoas com deficiência visual inclusão social, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.177/2019

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel com área de 690m<sup>2</sup> (seiscentos e noventa metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Praça Tito Carlos Pereira, nº 40, no Município de Carmo do Rio Claro, e registrado sob o nº 7.824, a fls. 79 do Livro 2-AK, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Carmo do Rio Claro.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a órgãos da administração municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 2019.

Deputado João Vítor Xavier (Cidadania)

**Justificação:** A doação do presente imóvel ao Município de Carmo do Rio Claro visa a atender ao interesse público. O Executivo Municipal solicita a doação do referido imóvel, a fim de destiná-lo a órgãos da administração municipal, o que será de grande valia para o Município e sua prestação de serviços à comunidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.178/2019

Altera a Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996 (Dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública).

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se ao art. 4º da Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996 o §2º, renumerando-se o parágrafo único como §1º:

“Art. 4º – (...)

§ 1º – (...)

§ 2º – A qualificação do Atirador Militar (reservista de 2ª categoria) egresso dos Tiros de Guerra do Exército Brasileiro localizados no Estado de Minas Gerais será contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados à contratação de estudante estagiário previsto no caput.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de outubro de 2019.

Deputado Coronel Henrique (PSL)

**Justificação:** Os Tiros de Guerra (TG) são Órgãos de Formação da Reserva, que possibilitam a prestação do Serviço Militar Inicial, no município sede do TG, dos convocados não incorporados em Organização Militar da Ativa, de molde a atender à instrução, conciliando o trabalho e o estudo do cidadão.

Além de propiciar a prestação do serviço militar inicial, os TGs constituem-se em pólos difusores do civismo, da cidadania e do patriotismo, contribuem para estimular a interiorização e evitar o êxodo rural e ainda colaboram em atividades complementares, mediante convênio com órgãos federais, estaduais e municipais, no funcionamento de ensino profissionalizante em suas dependências e na utilização das mesmas em práticas cívicas, esportivas e sociais, em benefício da comunidade local.

Os jovens, ao serem matriculados com base na Lei do Serviço Militar (LSM), recebem a denominação de "Atiradores", designação emblemática e histórica, oriunda das primeiras sociedades de Tiro ao Alvo no Brasil, com finalidades militares e de formação da reserva para o Exército, embrionárias dos atuais TG. Em Minas Gerais, formam anualmente uma média de 3.000 Atiradores nos 33 Tiros de Guerra atualmente em funcionamento e subordinados à 4ª Região Militar: Alfenas, Araxá, Bom Despacho, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Formiga, Governador Valadares, Guanhães, Guaxupé, Itaúna, Januária, Jequitinhonha, Lavras, Matozinhos, Muriaé, Nanuque, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Poços de Caldas, Santa Rita de Sapucaí, São João Nepomuceno, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Teófilo Otoni, Varginha e Viçosa.

Os Tiros de Guerra permitem, de forma criativa, inteligente e econômica, proporcionar a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do país, a oportunidade de atenderem à Lei e de prestarem o Serviço Militar inicial, próximos de sua residência, e em horário compatível com o estudo e o trabalho. Mais que o caráter obrigatório, essa

modalidade de Serviço Militar configura um direito do cidadão em dar sua contribuição, ainda que modesta, para a defesa da Pátria, conciliando sua vida cotidiana com sua rotina de trabalho, estudo e convívio familiar.

Essa parceria, mais que vantajosa para os três entes (Exército, Poder Executivo Municipal e Cidadão), tem se mostrado, ao longo de décadas, um instrumento de educação e de civilidade e tem como um de seus objetivos desenvolver, nos jovens participantes, o sentimento de responsabilidade no desempenho de suas atividades, como cidadão e Atirador, e no trato da coisa pública, motivos pelos quais a entrada desses jovens na Administração Pública do Estado de Minas Gerais deve ser valorizada como forma de incentivo à prestação do serviço militar pelos jovens mineiros, bem como pela busca da excelência na prestação dos serviços públicos na esfera estadual.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **REQUERIMENTOS**

Nº 3.051/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para manutenção do funcionamento integral da urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcante, em Belo Horizonte.

Nº 3.052/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja criado grupo de controle social composto por usuários da Farmácia de Minas, representantes da ALMG, representante da Secretaria de Estado de Saúde e representante da Promotoria de Saúde para acompanhar todas as questões relativas ao fornecimento de medicamentos pela Farmácia de Minas.

Nº 3.053/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas ao cumprimento do agendamento ajustado com os usuários da Farmácia de Minas para o fornecimento de medicamentos imunossupressores.

Nº 3.054/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora pedido de providências com vistas à implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA – na região nordeste do município.

Nº 3.055/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo de Itabira pela realização da 3ª Semana do Turismo desse município. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.056/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Lúcia Videira Guedes e com os Srs. Júlio Jorge Toledo, Caio Júlio e Celso Cícero pela realização da 11ª edição do evento gastronômico Brumadinho Gourmet. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.057/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Mario Osvaldo Vrandecic Peredo, médico, cirurgião cardiovascular e fundador do Biocor Instituto, reconhecido por sua vida dedicada à promoção da saúde em Minas Gerais.

Nº 3.058/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o corpo clínico do Hospital Municipal Renato Azeredo, de Nanuque, pela realização de uma complexa cirurgia do reimplante de mão no município.

Nº 3.059/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a inclusão do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais na comissão que irá acompanhar as discussões sobre a implementação de contratos de gestão com organizações sociais.

Nº 3.060/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com os organizadores do 10º Festival Gastronômico Diamantina Gourmet por sua contribuição para a valorização da cultura e a divulgação da culinária tradicional de Minas Gerais. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.061/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com o grupo Face 3 Djs pela iniciativa de confecção de convite em braile para divulgação do lançamento do disco *Divas*, em 6/10/2019, em Belo Horizonte. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.062/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre o projeto de construção da Escola Municipal Boa Vista no imóvel doado pela administração pública estadual, nos termos da Lei nº 18.377, de 8/9/2009.

Nº 3.063/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre o posicionamento da atual administração municipal quanto à transferência de gestão de escolas estaduais para o Município de Coronel Fabriciano.

Nº 3.064/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação de recursos financeiros para a reconstrução de muro da Escola Estadual José Mendes Magalhães, do Município de Matipó.

Nº 3.065/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual José Miguel Nascimento, no Município de Belo Horizonte.

Nº 3.066/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual João Penido Burniê, no Município de Belo Horizonte.

Nº 3.067/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual Imperatriz Pimenta, no Município de Ibirité.

Nº 3.068/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual Gyslaine de Freitas Araújo, no Município de Ibirité.

Nº 3.069/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Giezi Américo Reginaldo, professor, e com os alunos do ensino médio da Escola Estadual Renato Azeredo, localizada no Município de Sete Lagoas, pela participação na Mostra Brasileira de Foguetes e na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica.

Nº 3.070/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a manutenção da Escola Estadual Laudelina Dias Lacerda, localizada no Município de Almenara, em seu prédio próprio, localizado na Rua Imaculada Conceição, nº 689, Bairro João Fazendeiro, espaço em que a instituição funciona plenamente desde 1969.

Nº 3.071/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a manutenção do funcionamento, nas instalações da antiga Escola Estadual de Educação Especial Abdias Dias de Souza, do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez de Montes Claros.

Nº 3.072/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Pedro Roberto da Silveira, secretário de Educação do Município de Monte Santo de Minas, e com as diretoras e alunos do Centro Educacional Alcides de Paula Braga, localizado no referido município, pela participação na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA.

Nº 3.073/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Nilma Lino Gomes, pedagoga, pela importância do seu trabalho em pesquisas nas áreas de educação e diversidade étnico-racial, bem como pelo



brilhante trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Nº 3.074/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do INSS – Sudeste II pedido de informações consubstanciadas nas comunicações de acidentes de trabalho – CATs – dos municípios que compõem o polo moveleiro de Ubá, nos últimos cinco anos.

Nº 3.075/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a reabertura imediata da sua base operacional localizada no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, para que sejam garantidas as condições de atendimento à população residente na área de abrangência dessa base. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 3.076/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a criação de um canal de diálogo com o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró-MG – para que sejam discutidas as melhorias dos processos de trabalho da empresa.

Nº 3.077/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Secretaria de Saúde pelo encerramento dos atendimentos de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcanti, localizado na Regional Noroeste de Belo Horizonte. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.078/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para a execução e o fornecimento de cronograma de negociação de indenizações aos atingidos tradicionais e não tradicionais dos Municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e da Comunidade de Chapotó, no Município de Ponte Nova.

Nº 3.079/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para que seja dada prioridade à mediação dos conflitos no Assentamento Paiol, na região de Paracatu, tendo em vista ameaças e violações aos direitos fundamentais sofridas pelos moradores, conforme denunciado em audiência pública realizada no Município de Uberlândia, em 13/9/2019.

Nº 3.080/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de informações acerca da implementação do programa de qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais nas comunidades de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Comunidade de Chopotó, em Ponte Nova; e seja enviada cópia do documento à Defensoria Pública da União.

Nº 3.081/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para o cumprimento imediato dos preceitos estabelecidos pela Deliberação nº 300/2019 do Comitê Interfederativo – CIF – e o pagamento do auxílio financeiro emergencial aos fazedores e pescadores artesanais do processo de autorreconhecimento realizado em 2018.

Nº 3.082/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ao Ministério Público Federal pedido de providências para apuração das denúncias relatadas pelos atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão dos Municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Comunidade Chopotó, em Ponte Nova.

Nº 3.083/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que promovam políticas públicas de inclusão de idosos nas práticas esportivas.

Nº 3.084/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Federação Mineira de Futebol pela oportunidade de emprego dada a moradores em situação de rua.

Nº 3.085/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com

Ocupações Urbanas e Rurais no Município de Uberlândia e em todo Triângulo Mineiro, nas quais se esclareça, em especial, quais as ocupações e os assentamentos acompanhados no ano de 2019, se há procedimentos de reintegração de posse executados sob argumento administrativo e sem expedição de ordem judicial, no Estado, e quais as ações adotadas no ano de 2019 e as previstas para o ano de 2020 pela Mesa de Diálogo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.086/2019, da Comissão de Educação, em que requer sejam encaminhados à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre a solicitação de cessão do prédio da Escola Estadual Dr. Querubino ao Município de Coronel Fabriciano e à comissão os documentos referentes a tal cessão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.087/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à empresa VLI Logística, em Belo Horizonte, pedido de providências para que sejam implementadas as demandas da Prefeitura de Oliveira relativas ao projeto básico da passagem de nível entre o Bairro Graças e o Bairro Segredo. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.088/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, no Rio de Janeiro, pedido de providências para que os equipamentos ferroviários situados no Sesc-Senac de Grussaí (RJ) sejam doados para o Estado de Minas Gerais, com vistas ao desenvolvimento de novos projetos ferroviários de cunho turístico e histórico. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.089/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à empresa VLI Logística em Belo Horizonte pedido de providências para sejam viabilizadas com celeridade as medidas necessárias para a implementação do Projeto Turístico Ferroviário da Locomotiva a Vapor nº 51, em Além Paraíba, conforme a cláusula nº 9, item 9.1, inciso 20, do contrato de concessão entre essa empresa e a União. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.090/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para garantir, diante do corte no financiamento para o desenvolvimento de pesquisas no País, a oferta das bolsas de pesquisa e extensão para os alunos da Universidade Federal de Uberlândia, tendo em vista a relevância das atividades desenvolvidas e a demanda apresentada durante audiência pública realizada nesse município em 13/9/2019. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.091/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para averiguação das condições das barragens de rejeitos de mineração da região do Triângulo Mineiro, inclusive no que se refere às condições de operação e ao cumprimento de condicionantes pelas mineradoras. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.092/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para priorização, inclusive no âmbito do processo de revisão do orçamento do Estado para o ano de 2020, da disponibilização dos recursos necessários para as políticas de atendimento às pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à educação especial, de forma a garantir a oferta de salas de recursos e profissionais especializados suficientes ao atendimento. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.093/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para priorização, inclusive no âmbito do processo de revisão do orçamento do Estado para o ano de 2020, da disponibilização dos recursos necessários para as políticas de atendimento às pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à garantia da oferta dos medicamentos necessários e da suplementação alimentar. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.094/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências com vistas à elaboração de um novo projeto ferroviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte envolvendo a aquisição, pelo Estado, do trecho ferroviário abandonado situado entre os Bairros Horto e Capitão Eduardo, no Município de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)



Nº 3.095/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer sejam formulados votos de congratulações com Thaís Coelho Martins e com a Escola Estadual Coronel Vieira pela classificação da estudante para a etapa estadual da sexta edição da Olimpíada da Língua Portuguesa, com o poema *O lugar onde vivo*. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.097/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Antônio Novais pelos 90 anos de sua fundação. (– À Comissão de Educação.)

### **REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS**

Nº 664/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.039/2019, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 2.026/2015, do deputado Elismar Prado, por não guardarem semelhança entre si.

Nº 699/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Instituto de Ciências Penais – ICP – pelos 20 anos de sua fundação.

Nº 701/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 823/2019.

### **Proposições Não Recebidas**

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

### **REQUERIMENTO Nº 3.096/2019**

Da Comissão de Fiscalização Financeira em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público da Emater, uma vez que o atual quadro de funcionários é insuficiente para atender às demandas no Estado.

### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Minas e Energia, de Segurança Pública e de Cultura.

### **Oradores Inscritos**

– O deputado Doutor Jean Freire, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Bruno Engler proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

### **Registro de Presença**

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Com muita satisfação, a presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do Centro Universitário UNA de Belo Horizonte. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa!

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 3.051 a 3.054 e 3.057 a 3.059/2019, da Comissão de Saúde, 3.062 a 3.073/2019, da Comissão de Educação, 3.074 e 3.076/2019, da Comissão do Trabalho, 3.078 a 3.082/2019, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.083 e 3.084/2019, da Comissão de Esporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Minas e Energia – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 2/10/2019, dos Requerimentos n°s 2.900 a 2.902/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos;

de Segurança Pública – aprovação, na 37ª Reunião Extraordinária, em 2/10/2019, dos Requerimentos n°s 2.890 e 2.939/2019, da deputada Delegada Sheila, 2.930 a 2.935, 2.942, 2.943 e 2.949/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e 2.944 a 2.946/2019, do deputado Bruno Engler; e

de Cultura – aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 2/10/2019, do Projeto de Lei n° 856/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes (Ciente. Publique-se.).

### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 701/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n° 823/2019 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XIII do art. 232, c/c o § 2º do art. 173, do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 664/2019, do deputado Coronel Henrique, em que solicita seja o Projeto de Lei n° 1.039/2019, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei n° 2.026/2015, do deputado Elismar Prado, por não guardarem semelhança entre si; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 699/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Instituto de Ciências Penais – ICP – pelos 20 anos de sua fundação.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/9/2019**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir, Doutor Paulo e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício – Conped n° 22 –, por meio do qual o Sr. Roberto Carlos Pinto, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, solicita seja realizada reunião da comissão para tratar de temas relacionados com os direitos das pessoas com deficiência no Estado; ofício do Tribunal Regional Eleitoral por meio do qual o Tribunal envia cartazes referentes à campanha “Facilite seu voto”, cuja finalidade é incentivar os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida a se transferir para

uma seção de fácil acesso. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.815/2019. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.447/2019, dos deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir, Zé Guilherme e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada visita à Associação dos Surdos de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte, para acompanhar as atividades alusivas ao Dia Nacional dos Surdos, comemorado em 26 de setembro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Zé Guilherme – Professor Cleiton.

#### **ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/9/2019**

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota, Glaycon Franco, Fábio Avelar de Oliveira e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 712/2015, no 1º turno (Fábio Avelar de Oliveira), 4.878/2017, no 1º turno (Glaycon Franco), e 515/2019, no 1º turno (Virgílio Guimarães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.780, 2.836, 2.869 e 2.884/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2019.

Thiago Cota, presidente – Virgílio Guimarães – Glaycon Franco.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL) e Tito Torres (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final do Projeto de Lei Complementar nº 58/2016 e dos Projetos de Lei nºs 1.333 e 3.104/2015, 3.204/2016 e 5.378/2018 (relator: deputado Duarte Bechir). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.920, 5.006, 5.017, 5.282 e 5.284/2018 e 430/2019 (relator: deputado Tito Torres) e 574, 641, 644, 835, 862 e 866/2019 (relator: deputado Doutor Jean Freire). Cumprida a

finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Ulysses Gomes – Doutor Wilson Batista.

**ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite e Hely Tarquínio (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMTH), e Coronel Sandro (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 704/2015 (relator: deputado Sargento Rodrigues), e pela aprovação do Projeto de Lei nº 654/2019 (relator: deputado João Leite) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.468/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, João Leite, Bruno Engler e Hely Tarquínio, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a receita e os gastos do Estado no tocante ao atendimento às vítimas de acidentes ocorridos nas rodovias federais, considerando-se que 25% da malha viária federal se encontram em Minas Gerais e que é alto o quantitativo de eventos e sinistros registrados no Estado. Registra-se a presença, no recinto, do deputado Bruno Engler. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – Luiz Humberto Carneiro.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Celinho Sintrocel e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Alexandre Kalil justificando sua ausência em audiência destinada à defesa da engenharia, da infraestrutura, do desenvolvimento e dos profissionais do setor, realizada em 5 de setembro. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.009/2019, no 1º turno, e 1.034/2019, em turno único (André Quintão), e 676/2019, em turno único (Mário Henrique Caixa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 563/2015, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que

dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.804/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.243/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais para averiguar o funcionamento do novo regulamento de emissão de autorização de veículos destinados ao transporte escolar, imposto pela Portaria nº 1.498, de 2019, desse órgão;

nº 4.311/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as notícias do possível fechamento da unidade do Serviço Social do Comércio de Minas Gerais – Sesc-MG – do Município de Teófilo Otoni;

nº 4.317/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento de unidades do Serviço Social do Comércio – Sesc – em todo território mineiro, como ocorreu na unidade de Teófilo Otoni;

nº 4.322/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as consequências da Proposta de Emenda à Constituição nº 108/2019, do governo federal, que retira a obrigatoriedade de inscrição em conselhos profissionais;

nº 4.358/2019, do deputado Betão e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Superintendência Regional do INSS – Sudeste II, em Belo Horizonte, pedido de informações consubstanciadas nas comunicações de acidentes de trabalho – CATs – dos municípios que compõem o polo moveleiro de Ubá nos últimos cinco anos;

nº 4.451/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Celinho Sintrocel e Betão, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a criação de um canal de diálogo com o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletró-MG – para que sejam discutidas as melhorias dos processos de trabalho da empresa;

nº 4.452/2019, dos deputados Celinho Sintrocel e Betão e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a reabertura imediata da sua base operacional localizada no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, para garantir as condições de atendimento à população residente na área de abrangência dessa base;

nº 4.463/2019, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Portaria nº 33, de 2018, do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, que regulamentou a prática de atividades, na área de competência dessa entidade, por voluntários, profissionais e instituições civis e suas implicações nas atividades auxiliares e na prestação de serviços;

nº 4.464/2019, do deputado Celinho Sintrocel e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a interrupção dos serviços prestados por unidades do Serviço Social do Comércio – Sesc – no Estado, especialmente nos Municípios de Almenara, Bom Despacho, Januária, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Santos Dumont e Teófilo Otoni.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Professor Cleiton.

**ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/9/2019**

Às 9h15min, comparecem no auditório do Prédio 2 do câmpus da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – as deputadas Leninha e Andréia de Jesus, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater direitos humanos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ilva Ruas de Abreu, vice-reitora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes; e Maria Rosalina dos Santos, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; e os Srs. Padre João, deputado federal; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários – Caoca; Wilson Rocha Fernandes Assis, procurador da República em Goiás; Ciro de Souza Brito, advogado da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos; Hilário Xakriabá, integrante da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e representante da Articulação Rosalino; e Mariano D'Angelo Júnior, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. A presidenta, deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. São recebidas pela presidência nove denúncias apresentadas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH – Norte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus – Betão.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/9/2019**

Às 9h41min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a abertura, estrutura e funcionamento da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro. A presidência comunica que as reuniões ordinárias da comissão passarão a ser realizadas às quintas-feiras, às 10h30min. Registra-se a presença das deputadas Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL) e Rosângela Reis (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMTH). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.473/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para designar uma delegada de Polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Sabará, que atualmente se encontra sem titular;

nº 4.474/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para implementar a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – no Município de Sabará;

nº 4.475/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para estruturar a Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres do município;



nº 4.476/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para destinar um prédio novo, na região central do Município de Sabará, para abrigar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam;

nº 4.477/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto da Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, para as mulheres sob a perspectiva de gênero e raça;

nº 4.478/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para aderir aos programas e políticas públicas aprovados pelo Poder Executivo Estadual com vistas a reduzir os índices de violência doméstica no município.

Em seguida, é aprovado relatório de visita a Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, em Belo Horizonte, realizada em 9/8/2019, em atenção ao Requerimento em Comissão nº 1600/2019, que segue publicado após as assinaturas.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Esther de Albuquerque Vilela, ex-coordenadora nacional de Saúde das Mulheres e da Rede Cegonha; Juliana Maria Almeida do Carmo, presidente da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras – Seccional Minas Gerais; Gláucia de Fátima Batista, conselheira, representando o vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; Carla Anunciatta de Carvalho, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e os Srs. Mateus Oliveira Marcelino, enfermeiro obstétrico e representante da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras – Abenfo-MG – e do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG; e João Batista Marinho de Castro Lima, médico ginecologista e obstetra e profissional de referência em segurança do paciente na assistência obstétrica e neonatal. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Marília Campos, presidente – Andréia de Jesus – Leninha.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

#### Local visitado: Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, em Belo Horizonte

#### Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 1.600/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 9/8/2019, a Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, no Bairro Venda Nova, em Belo Horizonte, para conhecer suas instalações.

A visita contou com a participação da autora do requerimento, deputada Marília Campos, presidente da comissão, tendo sido acompanhada por: Fernanda Azeredo Chaves, coordenadora de Atenção Integral à Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMSA-BH; Naélia Portugal, representante do Grupo de Inovação em Saúde da SMSA-BH; Ane Karine Alkimim de Souza e Dayane Aparecida Alves, referências técnicas da Coordenação de Atenção à Saúde das Mulheres e Crianças da Secretaria de Estado de Saúde; Carlos Tenório, assessor da Diretoria Regional de Saúde de Venda Nova; Elionice Figueiredo, assessora da vereadora Nely Aquino, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Zito Vieira, presidente do PCdoB de Belo

Horizonte; Izabella Lourença e Sérgio Souza, representantes do PSOL; Renato Barros, 1º-secretário da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde; Bruno Pedralva, secretário-geral da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Edeval Pereira da Costa, presidente da Mesa Diretora do Conselho Distrital de Saúde de Venda Nova; Clarissa Santos Lages, representante da Rede Nacional de Médicos Populares; Eura Martins Lage, professora do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da UFMG; Sônia Lansky, representante da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento – Rehuna; Pollyana do Amaral, representante do Grupo Ishtar Espaço para Gestantes e do Grupo Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa; além de conselheiros estaduais e municipais de saúde e representantes do Levante Popular da Juventude e de associações de bairro da região de Venda Nova.

### Relato

A Maternidade Leonina Leonor Ribeiro foi construída há 11 anos em espaço anexo à Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Venda Nova e nunca foi inaugurada. A unidade foi concebida para funcionar de acordo com conceitos obstétricos de humanização do parto, com capacidade para realizar até 500 partos por mês. O prédio ocupa uma área de 880m<sup>2</sup>, divididos em dois pavimentos, e foi planejado para dispor de 32 leitos.

A visita foi guiada pelas representantes da Prefeitura de Belo Horizonte, Naélia Portugal e Fernanda Azeredo Chaves, e se iniciou pelo 1º pavimento da unidade. Nesse andar foram construídos sete quartos para ocupação individual contendo banheiros privativos, e seis desses quartos também possuem banheiras para a realização de parto humanizado. Ainda nesse pavimento, foram erguidos o bloco cirúrgico, composto de três salas de cirurgia para realização de cesarianas e de cirurgias ginecológicas; seis consultórios; a sala de recuperação anestésica; o berçário; a central de internação; e vestiários para funcionários.

No 2º pavimento foram construídas 11 enfermarias com banheiros privativos. O número de leitos em cada uma delas é variável, podendo ter até sete leitos. Também foram erguidas três unidades de terapia intensiva – UTIs – neonatais com 16 leitos no total; sala de descanso para funcionários; postos de enfermagem; sala de urgência; sala de convivência para gestantes e parturientes e espaço destinado a abrigar um banco de leite humano. Em vários ambientes do prédio, pôde-se constatar deterioração da pintura e do gesso do teto, além de furto de tubos de cobre que seriam utilizados para a condução dos gases medicinais. Segundo informações das representantes da Prefeitura, os equipamentos adquiridos para serem utilizados na maternidade foram realocados para outras unidades de saúde do município.

Após a visita, a deputada Marília Campos promoveu um debate entre os presentes. Inicialmente, a parlamentar expôs os motivos da visita: conhecer a infraestrutura da unidade e avaliar as alternativas para colocá-la em funcionamento. Informou que o movimento Nasce Leonina, que luta pela abertura da maternidade, procurou a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres para denunciar o não funcionamento da maternidade até o momento. A parlamentar ressaltou que a comissão tem debatido com frequência a temática da violência obstétrica e do parto humanizado. Segundo ela, uma das reivindicações da comissão é que todas as gestantes possam ter acesso a unidades de saúde que adotem o conceito de parto humanizado, a exemplo do que é oferecido pelo Hospital Sofia Feldman. E finalizou dizendo que a partir da mobilização social e do empenho da comissão, espera que a Prefeitura de Belo Horizonte dialogue com a comunidade e busque recursos para colocar em funcionamento a maternidade.

Após a fala da deputada, os presentes puderam manifestar sua opinião sobre a situação atual da maternidade. A inauguração da unidade foi uma reivindicação de quase todos os participantes, que se surpreenderam positivamente com a qualidade da sua estrutura física. Eles relataram que a região de Venda Nova possui o segundo maior percentual de mortalidade infantil da capital e que 70% das suas gestantes e parturientes precisam se deslocar a outros bairros para receber atendimento, o que demonstra a necessidade do equipamento para a comunidade.

Bruno Pedralva, do Conselho Municipal de Saúde, relatou que há uma proposta da Secretaria Municipal de Saúde de implantar no local um centro de atenção especializado em saúde da mulher ao invés da maternidade, devido ao alto custo desta. No

entanto, para ele, as duas modalidades deveriam ser implantadas, já que a população da região de Venda Nova carece tanto dos serviços da maternidade quanto dos que podem ser ofertados pelo centro.

Sônia Lansky, integrante da Rede Nacional de Humanização do Parto e do Nascimento, destacou a necessidade de se fazer um esforço propositivo para colocar a maternidade em funcionamento o mais breve possível, aproveitando todo o seu potencial. Uma das ações sugeridas por ela seria buscar recursos junto ao governo federal. Ela também defendeu uma gestão compartilhada com o Hospital Risoleta Tolentino Neves para o funcionamento da maternidade. De acordo com ela, o hospital é responsável por 60% dos atendimentos na região e está superlotado, conforme informações dos próprios profissionais que lá atuam. Sônia disse temer que interesses mercadológicos interfiram na decisão de fazer a maternidade funcionar, uma vez que o sistema privado já começa a investir também no parto humanizado, por ter identificado nele um nicho de mercado. Ela informou que somente os Hospitais Sofia Feldman e Risoleta Neves têm estrutura adequada para a realização de parto humanizado. Em relação à viabilidade da implantação da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, Sônia relatou que foi realizado em 2016 um estudo em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte e, na época, concluíram que a unidade era viável. Segundo ela, o custo para a manutenção da unidade seria o mesmo da maternidade do Hospital Risoleta Tolentino Neves.

Zito Vieira, presidente do PCdoB de Belo Horizonte, propôs que se busquem recursos de emendas parlamentares federais para financiar o funcionamento da maternidade.

Bernadete Monteiro, representante do movimento Marcha Mundial de Mulheres, ressaltou a necessidade de todos defenderem o SUS, já que o pagamento por procedimentos no setor privado é inviável para as mulheres que não possuem recursos financeiros para tanto.

Mauro Lopes Marins, representante da Associação Comunitária do Bairro Santa Mônica, cobrou mais dedicação da prefeitura à região de Venda Nova. Segundo ele, a região é muito prejudicada nos períodos de chuva devido a alagamentos constantes de suas vias públicas. E enfatizou a necessidade de valorizar os equipamentos públicos, como as unidades de saúde.

Arline Neves, representante da Associação Coração de Mãe de Venda Nova, indagou sobre qual público seria beneficiado com a implantação da unidade. Isso porque, segundo ela, como os recursos são escassos, a comunidade deve definir suas prioridades. A região carece de atendimento médico não só para mulheres, mas também para homens, idosos e outros públicos. Ela afirmou que faltam profissionais nas unidades básicas de saúde e que a oferta de consultas na atenção especializada é insuficiente. Assim, de acordo com ela, a prefeitura deve debater com a população qual o projeto mais adequado para a unidade.

Izabella Lourença, representante do PSOL, informou que a taxa de partos naturais no Brasil é de apenas 40%, por isso deve-se investir em equipamentos mais adequados para a realização desse tipo de procedimento. Ela reafirmou que o Hospital Sofia Feldman está sobrecarregado e carente de recursos. E ressaltou que Venda Nova é a região com o pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – de Belo Horizonte.

Pollyana do Amaral, do grupo Ishtar Espaço para Gestantes e do grupo Parto do Princípio, defendeu maior autonomia da mulher na escolha dos procedimentos do parto a que será submetida. Destacou que a legislação vigente obriga todas as maternidades a ter um centro de parto normal, mas as maternidades ainda não se adaptaram. Reforçou que o Município de Belo Horizonte deve debater com os conselhos de saúde a proposta atual para a maternidade. E enfatizou que um centro de saúde especializado não deve executar ações próprias da atenção primária. Devem-se fortalecer as ações desenvolvidas por esse nível de atenção à saúde.

Fernanda Azeredo Chaves, coordenadora de Atenção Integral à Saúde da Mulher da SMSA-BH, detalhou o planejamento da prefeitura para a maternidade. Segundo ela, será implantado no local um Centro de Atenção à Saúde da Mulher, com previsão de início de funcionamento em março de 2020. Para a conclusão das obras do centro, foram reservados recursos da ordem de 1 milhão de reais, e não haverá alteração na estrutura predial. Já os custos previstos para sua manutenção ainda estão sendo apurados. A implantação da maternidade ficará reservada para uma próxima etapa, caso haja disponibilidade de recursos financeiros.

Fernanda também enumerou alguns serviços de saúde que poderão ser ofertados pelo centro: planejamento sexual e reprodutivo com foco principal em adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social; realização de pré-natal para gestantes de alto risco; atenção ginecológica no climatério; atendimento multidisciplinar à mulher vítima de violência sexual; exames de ultrassonografia e mamografia; banco de leite materno; ambulatório de reabilitação pélvica feminina; e propedêutica para colo uterino.

Além disso, o centro realizará ações educacionais para usuárias do SUS, para profissionais que atuam na atenção primária e para a equipe do próprio centro. Entre as ações a serem desenvolvidas para as gestantes estão previstas: laboratório realístico para preparação para o parto natural; orientação às gestantes sobre o modelo do parto realizado em Casa de Parto Natural; treinamento nos métodos não farmacológicos de alívio de dor; e curso do casal gravídico, que traz orientações sobre aleitamento materno e cuidados com o bebê.

Ao final do debate, seguindo sugestão da deputada Marília Campos, foi formada pelos presentes uma comissão denominada Nasce Leonina, com a finalidade de organizar a realização de uma audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater a abertura da maternidade e acompanhar o seu processo de implantação. Tal comissão foi composta pelos seguintes membros: Ederson Alves, do Conselho Estadual de Saúde; Bruno Pedralva, do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Edeval Pereira da Costa, do Conselho Distrital de Saúde de Venda Nova; Pollyana do Amaral, do grupo Ishtar Espaço para Gestantes e do grupo Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa; Bernadete Monteiro, do movimento Marcha Mundial de Mulheres; Clarissa Santos Lages, da Rede Nacional de Médicos Populares; Giselle Maia, do Levante Popular da Juventude; Sônia Lansky, da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento – Rehuna; Nely Aquino, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Eura Martins Lage, do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da UFMG; Alzira Oliveira Jorge, do Hospital Risoleta Tolentino Neves; e Arline Neves, da Associação Coração de Mãe de Venda Nova.

### Conclusão

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher cumpriu a finalidade da visita, pois conheceu a infraestrutura da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro e ouviu as propostas da Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte sobre seu destino.

Em decorrência da visita, foram apresentados dois requerimentos<sup>1</sup>: um para a realização de audiência pública, na ALMG, para debater a abertura, estrutura e funcionamento da maternidade, e outro solicitando providências à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para concluir as obras e garantir o pleno funcionamento da maternidade.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2019.

Marília Campos, relatora.

<sup>1</sup>Requerimentos em Comissão n°s 3.618 e 3.627/2019, aprovados em 12/8/2019 na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/9/2019**

Às 10h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Carlos Pimenta e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Hely Tarquínio e Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Edson Teixeira Filho, prefeito de Ubá, solicitando apoio da comissão para que a Supram Zona da Mata permaneça sediada no município; e da Sra. Andressa de Oliveira

Lanchotti, coordenadora do CAO-Meio Ambiente, informando que indicou a Sra. Marta Alves Archer, promotora de justiça, para representá-la na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, realizada em 5/9/2019. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Luiz Ricardo de Medeiros Santiago, diretor de relações governamentais da Vale S.A. (5/9/2019); e Coronel Mauro Fernando Rego de Mello Junior, comandante do 14º Grupo de Artilharia de Campanha do Comando do Exército (19/9/2019). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 641/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.410/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a situação do abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 4.439/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ações de fiscalização ambiental nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte do Estado, em áreas consideradas como bioma da mata atlântica;

nº 4.479/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos ambientais das empresas Ical e Belocal, em São José da Lapa;

nº 4.480/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Boa Esperança pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com a finalidade de apurar a matança de dezenas de cães desde o início do ano, nas imediações da praça central do município, os quais, segundo informações de protetores de animais locais, apresentavam sintomas de envenenamento;

nº 4.481/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as condições de manejo e sobrevivência dos animais que vivem na CeasaMinas – Unidade de Contagem;

nº 4.482/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Viçosa pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com a finalidade de apurar suposto extermínio de cães e gatos por envenenamento na cidade de Coimbra;

nº 4.483/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e com a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, a demora na concessão de licenças ambientais para a implantação de usinas fotovoltaicas no Norte de Minas e a situação dos setenta e quatro empreendimentos que aguardam a licença ambiental;

nº 4.484/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as conquistas e desafios da Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº 18.031, de 2009;

nº 4.485/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que realize fiscalizações preventivas em fontes poluidoras da Região Metropolitana de Belo Horizonte a fim de garantir o cumprimento dos parâmetros da legislação para o lançamento de emissões atmosféricas;

nº 4.486/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo referente à qualidade do ar na Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas possíveis anomalias;

nº 4.487/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que inclua nos processos de licenciamento ambiental trifásico, concomitante e simplificado dos empreendimentos agrícolas as informações obrigatórias acerca do uso do agrotóxico fipronil ou suas derivações pelo produtor rural.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Osvaldo Lopes – Betão.

**ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/9/2019**

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Celinho Sintrocel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a política de municipalização de escolas estaduais nos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da deputada Ione Pinheiro encaminhando moção da Câmara Municipal de Passos, em que solicita apoio em defesa dos interesses da sociedade mineira e contra a decisão do governo do Estado de encerrar as atividades do Programa Tempo Integral; do deputado Gustavo Valadares encaminhando a relação das escolas que aderiram ao programa de atividades da educação integral; e do Sr. Jair Xavier de Souza, auxiliar de educação básica estadual, solicitando intercessão junto ao governo do Estado para pagamento do seu plano de saúde. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.566/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a realização de reforma na Escola Estadual Doutor João Pinheiro, no Município de São Gonçalo do Sapucaí;

nº 3.495/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com representantes do governo do Estado, da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, do Ministério Público e do Município de Frutal, a situação das obras da extinta Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex;

nº 3.995/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Uberaba para debater o processo eleitoral da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – e os critérios de escolha do reitor pelo governo federal;

nº 4.371/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam atendidas as demandas da comunidade acadêmica da Uemg – câmpus Ituiutaba –, que passa por dificuldades relacionadas ao repasse de verbas e por problemas de estrutura básica;

nº 4.372/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ituiutaba para debater as atuais condições da Uemg – câmpus Ituiutaba –, seus problemas de estrutura, falta de pessoal e a carência de verbas;



nº 4.374/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Centro Acadêmico Julmar de Oliveira Diniz – Dajod –, da Uemg – câmpus Ituiutaba –, pela defesa da educação pública gratuita e de qualidade, ao promover a paralisação da unidade na luta para que o governo estadual atenda as demandas urgentes da comunidade acadêmica;

nº 4.403/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus de Ituiutaba da Uemg, seus problemas de estrutura, falta de pessoal e carência de verbas públicas;

nº 4.422/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas a não municipalizar a Escola Estadual Jamir Lopes Dias, do Município de Ribeirão das Neves, diante de sua relevância como modelo de ensino do Estado nessa região;

nº 4.423/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Professor Caetano Azeredo, em Belo Horizonte, para conhecer suas instalações e condições de funcionamento;

nº 4.426/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Secretaria Municipal de Educação, à Escola Estadual Padre Vidigal e às escolas municipais do Município de Nova Era para avaliação da proposta de municipalização da referida escola estadual e das condições de funcionamento das unidades da rede municipal de ensino;

nº 4.427/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de ensino de Nova Era pedido de informações sobre a fundamentação técnica adotada para a proposição de municipalização dos anos iniciais da Escola Estadual Padre Vidigal, no Município de Nova Era;

nº 4.428/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com as alunas Elena Pereira Martins e Maria Fernanda Laje e com o professor Hailisson Rodrigo Ferreira, da Escola Estadual Padre Vidigal, de Nova Era, pelas medalhas de ouro recebidas na Olimpíada Itabirana de Matemática;

nº 4.429/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola de Saúde Pública, em Belo Horizonte, para conhecer as condições de funcionamento e as contribuições da entidade para o desenvolvimento da política de saúde no Estado;

nº 4.430/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais – Uaitec –, no Município de Matozinhos, para debater o cancelamento do convênio com essa instituição pelo governo do Estado;

nº 4.432/2019, do deputado Betão, em que requer seja formulado voto de congratulações com União Estadual dos Estudantes pela realização de 46º congresso e pela eleição da nova direção e da presidência dessa entidade, a qual será ocupada pelo estudante juiz-forano Ramon de Almeida;

nº 4.433/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – Sind-Rede-BH – pelos 13 anos de sua fundação;

nº 4.434/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Proteção e Assistência dos Condenados do Município de São João del-Rei pelo importante trabalho desenvolvido no processo educativo dos recuperandos como base para a ressocialização;

nº 4.435/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para conhecer e debater o projeto político pedagógico desenvolvido pela Associação de Proteção e Assistência dos Condenados do Município de São João del-Rei, bem como para que a referida entidade possa apresentar a suas experiências exitosas no processo educativo;

nº 4.436/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de voto de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – Sind-Rede-BH pelos 13 anos de sua fundação;

nº 4.497/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de combate a incêndio na Escola Estadual Professora Elza Cardoso Rangel, no Município de Ibirité;

nº 4.498/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da escola pública e a valorização dos profissionais em educação da rede pública e fazer o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito aos Profissionais da Educação.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Edvânia de Lana Morais Andrade, diretora educacional na Superintendência Regional de Ensino, em Coronel Fabriciano, representando a secretária de Estado de Educação; Viviane Lopes Pontes, professora da Escola Estadual São Sebastião, em Timóteo; Maria da Conceição Monteiro de Castro, diretora da Subsede do Sindute-MG, em Coronel Fabriciano e Timóteo; Cristiane de Castro Moreira Lana, diretora da Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves, em Coronel Fabriciano; Jucelha Andrade Faria, diretora da Escola Estadual Dr. Querubino, em Coronel Fabriciano; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Wanda Lúcia de Andrade Freitas, gerente de Administração Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Coronel Fabriciano, representando o secretário; Wanessa Mayra Reis de Castro Maia, secretária Municipal Adjunta de Educação de Ipatinga, representando a secretária; e os Srs. Sebastião Geraldo Araújo, presidente do Conselho Municipal de Educação de Coronel Fabriciano; Eustáquio Vieira Santos, professor da Escola Estadual Dr. Querubino; e Marcos da Luz Evangelista Lima Martins, vereador da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano. Após fazer as considerações iniciais, a presidência concede a palavra aos deputados presentes. Em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2019

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Betão.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/9/2019**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.500/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo de Itabira pela realização da 3ª Semana do Turismo desse município;

nº 4.501/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega de diplomas referentes a votos de congratulações com a Sra. Maria Lúcia Videira Guedes e os Srs. Júlio Jorge Toledo, Caio Júlio e Celso Cícero;

nº 4.502/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Lúcia Videira Guedes e com os Srs. Júlio Jorge Toledo, Caio Júlio e Celso Cícero pela realização da 11ª edição do evento gastronômico Brumadinho Gourmet.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Cassiene Peixoto, diretora e proprietária do Espaço Gastronômico Renato Lobato. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Virgílio Guimarães, presidente – Professor Cleiton – Mauro Tramonte.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/9/2019**

Às 18h15min, comparecem na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete os deputados João Leite e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da reativação do transporte ferroviário de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Carla Maria Sássi de Miranda, vereadora da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, e os Srs. Mário Marcus Leão Dutra, prefeito municipal de Conselheiro Lafaiete, Washington Fernando Bandeira, presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, Crispim Ribeiro, presidente da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos de Conselheiro Lafaiete e Região – Sorear –, Daniel de Oliveira Santos, gerente de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviço da ANTT, representando o superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da ANTT, Sérgio Henrique Carrato, consultor ferroviário da MRS Logística S.A., Alan Teixeira de Carvalho, Carlos Aparecido da Silva, José Lúcio de Souza Barbosa e Pedro Americo de Almeida, vereadores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, Célio Pereira de Souza, prefeito municipal de Queluzito, e Fernando Mendes Henriques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Conselheiro Lafaiete. A presidência concede a palavra ao deputado Glaycon Franco, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

João Leite, presidente – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/9/2019**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Professor Wendel Mesquita e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os rumos da aprendizagem profissional de adolescentes e jovens. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do*

*Legislativo* em 20/9/2019: ofício do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, diretor técnico e de expansão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca –, Keure Chamse de Oliveira, representante das entidades formadoras da Rede Cidadã, Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey, coordenadora do Fórum Erradicação e Combate no Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente, Luciana Marques Coutinho, procuradora do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, e Patrícia Abate, coordenadora de Educação Profissional, representando a Sra. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação; e os Srs. Antônio Alves Mendonça Júnior, auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, Felipe Barros Pessoa, ex-aprendiz da Rede Cidadã, Carlos Augusto de Araújo Cateb, presidente da Associação Profissionalizante do Menor – Assprom –, Márcio Rogério de Oliveira, promotor de justiça coordenador do Fórum Mineiro de Medidas Socioeducativas, e João Carlos Gontijo de Amorim, superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais. O presidente, Doutor Jean Freire, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – André Quintão – Cleitinho Azevedo.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2019**

Às 11h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Cássio Soares e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.125/2019, em turno único (Doorgal Andrada), 1.126/2019, em turno único (Fernando Pacheco), 1.085/2019, em turno único (Gláycen Franco), 1.127/2019, em turno único (Laura Serrano), e 876/2019, no 1º turno (Virgílio Guimarães). A presidência comunica que está aberto o prazo até o dia 14/10/2019 para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.125 a 1.127/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira de pauta o Projeto de Lei Complementar nº 23/2019 e o Projeto de Lei nº 1.022/2019 por não cumprirem pressupostos regimentais. A presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 1º/10/2019, às 17h45min, para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019 e do Projeto de Lei nº 1.022/2019, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Beatriz Cerqueira – Roberto Andrade – João Magalhães.

#### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2019**

Às 13h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e,

nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 23/2019 é retirado da pauta por determinação da presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.504/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre a solicitação de cessão do prédio da Escola Estadual Dr. Querubino para o Município de Coronel Fabriciano; e seja encaminhado à comissão os documentos referentes a tal cessão;

nº 4.505/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre o projeto de construção da Escola Municipal Boa Vista no imóvel doado pela administração pública estadual, nos termos da Lei nº 18.377, de 8/9/2009;

nº 4.506/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem sejam encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação, ao Conselho Municipal de Educação de Coronel Fabriciano, à Câmara Municipal de Coronel Fabriciano e à Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação do Ministério Público do Estado as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a política de municipalização de escolas estaduais nos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo;

nº 4.507/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Coronel Fabriciano pedido de informações sobre o posicionamento da atual administração municipal quanto à transferência da gestão de escolas estaduais para o Município de Coronel Fabriciano;

nº 4.521/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação de recursos financeiros para a reconstrução do muro dos fundos da Escola Estadual José Mendes Magalhães, do Município de Matipó;

nº 4.525/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual José Miguel Nascimento, no Município de Belo Horizonte;

nº 4.526/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual João Penido Burniê, no Município de Belo Horizonte;

nº 4.527/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual Imperatriz Pimenta, no Município de Ibitaré;

nº 4.528/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para elaboração do projeto de incêndio da Escola Estadual Gyslaine de Freitas Araújo, no Município de Ibitaré;

nº 4.541/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Giezi Américo Reginaldo, professor, e com os alunos do ensino médio da Escola Estadual Renato Azeredo, localizada no Município de Sete Lagoas, pela participação na Mostra Brasileira de Foguetes e na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica;

nº 4.542/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Giezi Américo Reginaldo, professor, e com os alunos do ensino médio da Escola Estadual Renato Azeredo, localizada no Município de Sete Lagoas, pela participação na Mostra Brasileira de Foguetes e na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica;

nº 4.543/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para manutenção da Escola Estadual Laudelina Dias Lacerda, localizada no Município de Almenara, em seu prédio próprio, localizado na rua Imaculada Conceição, nº 689, Bairro João Fazendeiro, espaço em que a instituição funciona plenamente desde 1969;

nº 4.544/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da manutenção do funcionamento do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez de Montes Claros nas instalações da antiga Escola Estadual de Educação Especial Abdias Dias de Souza, tendo em vista a importância do trabalho de inclusão dos alunos surdos na rede educacional em toda a região;

nº 4.545/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para manutenção do funcionamento, nas instalações da antiga Escola Estadual de Educação Especial Abdias Dias de Souza, do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez de Montes Claros;

nº 4.546/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da educação no Município de Unai, tendo em vista as propostas de municipalização de escolas, bem como o fechamento de turmas e escolas da rede estadual de ensino;

nº 4.547/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas do quadro de pessoal da Escola Estadual São Tarcísio, localizada no Município de Governador Valadares;

nº 4.548/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Pedro Roberto da Silveira, secretário de Educação do Município de Monte Santo de Minas, e com as diretoras e alunos do Centro Educacional Alcides de Paula Braga, localizado no referido município, pela participação na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA;

nº 4.549/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Pedro Roberto da Silveira, secretário de Educação do Município de Monte Santo de Minas, e com as diretoras e alunos do Centro Educacional Alcides de Paula Braga, localizado no referido município, pela participação na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA;

nº 4.550/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Nilma Lino Gomes, pedagoga, pela importância do seu trabalho em pesquisas nas áreas de educação e diversidade étnico-racial, bem como pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos;

nº 4.551/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, proposto pelo Ministério da Educação;

nº 4.552/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos na comunidade escolar do modelo de educação domiciliar no Brasil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 15h45min, convoca os membros para a próxima reunião extraordinária, hoje, 1º/10/2019, às 18h45min, para apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Marquinhos Lemos.



**ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA  
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2019**

Às 17h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que está aberto até o dia 14/10/2019 o prazo para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.125 a 1.127/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira de pauta o Projeto de Lei Complementar nº 23/2019 por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado no 1º turno o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.022/2019 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cássio Soares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Laura Serrano – Virgílio Guimarães – Fernando Pacheco.

**ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2019**

Às 19h1min, comparece na Sala das Comissões o deputado Betão, membro da comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e a suspende. Registra-se a presença do deputado Bartô e da deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da comissão, que reabre a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato Único dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – pelos 40 anos de sua fundação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Marilda de Abreu Araújo, secretária de organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE –, e Soniamara Maranhão, da Direção Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; e os Srs. Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Lindolfo Fernandes de Castro, ex-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – Sindifisco-MG. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Marquinho Lemos.

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/10/2019**

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton e Marquinho Lemos (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo

número regimental, a presidente, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura das Atas da 23ª e da 25ª Reuniões Extraordinárias, as quais são dadas por aprovadas e são subscritas pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Bosco, presidente da Comissão de Cultura, convidando esta comissão a participar da audiência de convidados a ser realizada no dia 2 de outubro de 2019, às 16h30min, com a finalidade de proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com o Sr. Adalgísio Gonçalves, professor, e os alunos do 9º Ano da Escola Estadual Presidente Costa e Silva, de Minas Novas, por terem representado o Brasil em Taiwan, na prova final da Olimpíada Internacional Matemática Sem Fronteiras. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 862/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas hoje, dia 2 de outubro de 2019, às 15h45min e às 16 horas, para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – Cássio Soares – Hely Tarquínio.

#### **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/10/2019**

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada e Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que está aberto até o dia 14/10/2019 o prazo para recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 1.125 a 1.127/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 23/2019 e o Projeto de Lei nº 1.022/2019 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.947/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.453/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias a serem realizadas no dia 2/10/2019, às 15h45min e às 16 horas, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Cássio Soares – Beatriz Cerqueira – Doorgal Andrada – Laura Serrano.

#### **ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/10/2019**

Às 11h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do

Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Onesio Soares Amaral, procurador da República em Minas Gerais, que solicita encaminhamento das denúncias recebidas de possível descumprimento de sentença prolatada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em face do Conselho Regional de Despachantes Documentalistas de Minas Gerais e do Conselho Federal de Despachantes Documentalistas do Brasil (o presidente solicita à Consultoria seja redigido requerimento para encaminhar as notas taquigráficas da 120ª Reunião Ordinária realizada em 7/5/2019) e comunica também o recebimento de ofício do Gen. Mario Lúcio Alves de Araújo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, publicado no *Diário do Legislativo* em 26/9/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.890, 2.930 a 2.935, 2.939, 2.942 a 2.946 e 2.949/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.512/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja apurada denúncia de irregularidades no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, segundo a qual a seção de autorização de procedimentos do IPSM seria conhecida como “Império Amaral”, já que nela trabalhariam as irmãs Iris Amaral e Alessandra Amaral; vários parentes e conhecidos das mencionadas irmãs trabalhariam no IPSM, como o Sr. Vinícius Tadeu Rocha Fernandes, ex-namorado da Sra. Alessandra Amaral, chefe da Divisão de Teletendimento do instituto; os três funcionários civis da FGR não teriam qualificação para o exercício das funções; a Sra. Iris Amaral teria comparecido a aulas de autoescola durante seu horário de serviço e receberia auxílio combustível, em que pese exercer funções internas; e a Sra. Iris Amaral, após se submeter a uma cirurgia, deixou de comparecer ao IPSM por mais de 30 dias, quando o Sr. Vinícius teria assinado sua folha de ponto;

nº 4.513/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a nomeação de parentes dos funcionários Iris Amaral, Alessandra Amaral e Vinícius Tadeu Rocha Fernandes para cargos no IPSM, indicando, em caso positivo, o grau de parentesco, o cargo ocupado e respectiva remuneração;

nº 4.514/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o nome, o posto, a graduação ou o cargo dos servidores militares ou civis que ocupam os imóveis vinculados à Polícia Militar de Minas Gerais, bem como sobre o imóvel em que se encontram, uma vez que tais dados não constam no Ofício nº 40233.2/2019, encaminhado a esta Casa em resposta ao Requerimento nº 1.201/2019, dessa comissão; e sobre o nome, o posto, a graduação ou o cargo dos policiais militares que se encontram em imóveis pertencentes a prefeituras, associações, outras pessoas de direito público ou privado, além dos vinculados a outros órgãos do Estado, disponibilizados para fins residenciais, em razão do efetivo exercício da função policial militar, bem como sobre os imóveis ocupados por esses policiais;

nº 4.518/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo de policiais e delegados para o Município de Ibitaré, que se encontra com quadro deficitário;

nº 4.519/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência, em 25/9/2019, em Salinas, que desarticulou uma quadrilha especializada em roubos e arrombamentos a bancos e a carros fortes e resultou na morte de 8 criminosos e na apreensão de grande quantidade de explosivos, 17 munições de AK 47, 137 munições de .762, 702 munições de .556,

02 munições de .50 , 08 munições de 9MM, 10 munições de calibre 12, 90 munições de .45, 108 munições de .40, 15 carregadores de arma de fogo, coletes contra arma de fogo de uso restrito, uniformes camuflados, toucas ninjas, 3 celulares, cartões de crédito, 3 pistolas, 4 fuzis, 1 espingarda, 4 veículos e quantia em dinheiro;

nº 4.536/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer que seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de votos de congratulações com o Sgt. PM Marcus Vinícius Lisboa, o Cb. PM Vitor Henrique Tudeia e o Cb. PM Chrisley Soares de Lima pelo salvamento de mãe e filha durante um incêndio em uma residência na Região Noroeste de Belo Horizonte;

nº 4.538/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que apontou números alarmantes de pessoas desaparecidas;

nº 4.565/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral da República em Minas Gerais as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater os efeitos do Decreto nº 47.491, de 2018, publicado em decorrência da Lei nº 18.037, de 2009, que dispõe sobre a regulamentação do cadastro de entidades representativas de despachantes para atuação no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG –, bem como debater a suposta ocorrência de irregularidades nos procedimentos administrativos relacionados ao credenciamento de pátios por parte do Detran-MG, por meio da Divisão de Controle de Ciretrans – DCC – e suas circunscrições regionais de trânsito – Ciretrans;

nº 4.566/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam disponibilizados novos coletes balísticos aos policiais militares lotados na 24ª Companhia Independente da 15ª Região da Polícia Militar;

nº 4.567/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as constantes mudanças no fardamento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, especialmente quanto aos seus reflexos para o segmento empresarial de venda de artigos e acessórios do vestuário e para os servidores, que já suportam perdas salariais, desde janeiro de 2015, de 28,82%;

nº 4.573/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao chefe do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Patrimônio – Depatri – pedido de providências para proceder, com urgência, a investigações na região de Alfenas, Campos Gerais, Boa Esperança e outros municípios, a fim de conter o alto índice de roubo a fazendas e roubo de gado, equipamentos agrícolas, veículos, insumos, fertilizantes, cargas, além de extorsões;

nº 4.607/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil pedido de providências para que esses órgãos participem da audiência pública sobre o EIA/RIMA do Empreendimento Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., atividade barragem de acumulação de água para abastecimento público, industrial e na mineração ou para perenização (elevação da cota de alagamento), a realizar-se em 16/10/2019, às 18h30min, no Ginásio Poliesportivo Honorato Ferreira da Silva, em Serra do Salitre, de forma a antever e prevenir problemas relacionados ao referido empreendimento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária marcada para hoje, às 14h30min e convoca reuniões extraordinárias para amanhã, às 10h30min, às 11h30min e às 14h30min, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 1.072/2015 e de receber, discutir e votar proposições da comissão, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Cleiton – Bruno Engler.

**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/10/2019**

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Ulysses Gomes e Fernando Pacheco (substituindo o deputado Guilherme da Cunha, por indicação da liderança do BSGM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. É designado o deputado Ulysses Gomes relator da visita realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, dia 19/9/2019, em função do Requerimento 4.227/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.900, 2.901 e 2.902/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.470/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da energia eólica na matriz energética mineira, bem como da desburocratização dos procedimentos de licenciamento desse tipo de geração;

nº 4.558/2019, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer sejam encaminhados às Sras. Marcia Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas do Estado, os documentos, vídeos e notas taquigráficas da 8ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade ouvir o Sr. Eduardo Augusto Ayrosa Galvão Ribeiro, presidente da CBMMN, sobre a exploração do nióbio pela Companhia Mineradora do Pirocloro do Araxá – Comipa;

nº 4.559/2019, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer sejam encaminhados às Sras. Marcia Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas do Estado os documentos, vídeos e notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater a exploração do nióbio realizada pela Companhia Mineradora do Pirocloro do Araxá – Comipa;

nº 4.560/2019, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer sejam encaminhados às Sras. Marcia Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas do Estado, os documentos, vídeos e notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a situação atual da exploração do nióbio pela Companhia Mineradora do Pirocloro do Araxá – Comipa.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, realizada em 19/9/2019, que segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Guilherme da Cunha – Ulysses Gomes.

**RELATÓRIO DE VISITA****Comissão de Minas e Energia****Local visitado: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.****Apresentação**

Em 19 de setembro de 2019, a Comissão de Minas e Energia visitou a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – Alego –, com o objetivo de conhecer o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – da Enel, criada para investigar supostas irregularidades na privatização da Companhia Energética de Goiás – Celg –, além de avaliar a qualidade dos serviços prestados pela sua sucessora, a companhia italiana Enel. O objetivo da comissão foi preparar-se, desde já, com informações e experiências do estado vizinho para debater a proposta, anunciada e defendida pelo governador do Estado, Romeu Zema, de privatizar a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

Estiveram presentes os deputados Repórter Rafael Martins, presidente da Comissão de Minas e Energia, Ulysses Gomes, membro da comissão e autor do requerimento que deu origem à realização da visita, Alencar da Silveira Jr. e Raul Belém. Foram recebidos pelo deputado Lissauer Vieira, presidente da Alego, e logo após se reuniram com o deputado Henrique Arantes, presidente da CPI da Enel.

**Relato**

Os deputados mineiros fizeram inicialmente um relato da situação atual da Cemig, alegando ser ela uma empresa de excelência, superavitária, com perspectiva de atingir cerca de R\$3 bilhões de lucro neste ano, mas que tem sua privatização propalada pelo governo de Minas Gerais.

O presidente da CPI, deputado Henrique Arantes, inciou então seu relato sobre os trabalhos da comissão e suas motivações. Segundo ele, desde o início da década passada, a Celg se encontrava em precárias condições de funcionamento, pois seu patrimônio teria sido dilapidado por governos anteriores. Em 2009 iniciou-se um acordo de integralização de 10% das ações da companhia pertencentes ao estado para a Eletrobras, por um valor entre R\$2 bilhões e R\$3 bilhões. O então governador, Marconi Perillo, cancelou o acordo que estava sendo celebrado pelo governo anterior e passou a negociar a federalização de 51% das ações da Celg para a Eletrobras. De acordo com o presidente da CPI goiana, esse acordo posterior, que se concretizou em 2011, não foi positivo devido a problemas políticos e gerou apenas R\$500 milhões para o estado. O parlamentar argumentou ainda que o uso da Celg como garantia para a realização de outros investimentos, tal qual o asfaltamento de ruas em municípios goianos, contribuiu para piorar as condições financeiras e de operacionalização da empresa.

Em seu segundo mandato, já em 2015, o governador Marconi Perillo começou a preparar a empresa para a privatização com a venda dos 49% restantes das ações. Nesse contexto, a Eletrobras concordou em vender seus 51% da Celg Distribuição, com a manutenção do controle estatal sobre a Celg Geração e a Celg Transmissão. Quando foi colocado em votação na Assembleia Legislativa, esse novo acordo previa a venda da Celg Distribuição S.A. para a italiana Enel pelo valor de pouco mais de R\$2 bilhões, dos quais pouco mais de R\$1 bilhão ficariam para o estado de Goiás, bem como o compromisso da Enel de investir R\$1 bilhão por ano durante cinco anos.

Após a explanação inicial, o presidente da CPI apontou os principais problemas enfrentados pelo Estado de Goiás e pelos consumidores goianos após a privatização da Celg:

– O Estado de Goiás é constituído por uma maioria de pequenos municípios, com população entre 8 e 12 mil habitantes. Antes da privatização, cada um desses municípios contava com um escritório da Celg e um veículo para atendimento da população. A Enel mudou esse modelo anterior e passou a focar nos grandes centros urbanos e fechamento de todas as unidades do interior. Dessa forma, as comunidades passaram a ter de esperar em média 2 a 3 dias para terem seus problemas resolvidos.



– Embora tenha melhorado a qualidade do atendimento na região metropolitana, o preço da energia aumentou bastante. Foram trocados os padrões antigos por outros mais modernos, o que resultou em aumento significativo nos registros de consumo, além de cobrança retroativa. Dessa forma, as contas de luz subiram entre 50% e 300%.

– A Enel implantou atendimento exclusivamente automatizado, por meio de ligações para um número com prefixo 0800, o que dificultou o atendimento e a resposta às demandas do interior do estado.

– o Estado de Goiás ainda tem um grande número de propriedades rurais sem energia elétrica. Ao focar os trabalhos preferencialmente nos grandes centros, a Enel abandonou os investimentos na ampliação da rede na área rural, o que tem gerado grande contrariedade na população do interior;

– Com a privatização, o governo do Estado não tem mais qualquer governabilidade sobre o setor elétrico goiano, pois sua fiscalização, regulação e normatização são feitas em nível federal, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Também o Legislativo perdeu sua atuação política nessa área, o que tem gerado dificuldades, principalmente para as pequenas prefeituras, que ficaram sem ter a quem recorrer para buscar a solução dos seus problemas relacionados ao mau atendimento dado pela empresa. Além disso, o próprio governador não consegue que a Enel faça os investimentos prioritários para o desenvolvimento do estado. Assim, entende o parlamentar que a população perdeu a sua representatividade junto à empresa.

– Nenhuma decisão importante é tomada no âmbito da Enel de Goiás, mas em sua sede na Itália, o que torna os processos mais lentos e burocráticos.

– A Enel não está cumprindo o acordo fechado quando da privatização, de investir pelo menos R\$1 bilhão por ano no setor elétrico goiano.

– A questão mais grave foi a descoberta, pela CPI, de que a Enel estava mascarando os dados de investimento enviados para a Aneel. Isso porque, para conseguir aumentos de tarifas, a empresa tem de comprovar um determinado volume de investimentos. Ocorre que a Enel estava somando, como se fossem investimentos próprios, os recursos aplicados na rede por empresas privadas. A título de exemplo, o parlamentar citou o caso da empresa Giraffas, que estava fazendo um investimento de R\$ 1,5 milhão para instalar uma loja em Goianésia. Para tanto a Enel exigiu do empresário o investimento de R\$ 16 milhões para o fornecimento da energia necessária para a implantação da loja, com a promessa de que esse valor seria ressarcido ao longo dos anos. A CPI apurou que o ressarcimento demoraria 160 anos para ser efetivado. Além disso, a Enel declarava esse valor à Aneel como se fosse investimento próprio.

Por fim, e ainda como exemplo das exigências de investimento feitas pela Enel aos consumidores goianos, foi entregue aos deputados mineiros uma resposta da empresa Enel a um processo de solicitação de carga de 1.000 kVA feito por um parque fotovoltaico. Nesse documento a Enel detalha e exige um investimento de R\$45.030.000,00 para efetivar a ligação. Esse documento segue anexo a este relatório de visita.

### **Conclusão**

A Enel é hoje a maior empresa multinacional de energia elétrica, com atuação em 18 países. Trata-se de uma estatal de economia mista, da qual o governo italiano detém 51% do capital. Devido à grande insatisfação da população goiana, em especial a do interior do estado, com os serviços prestados pela empresa – agravada pelo significativo aumento de tarifas, pela falta de investimentos e pelo não cumprimento dos acordos firmados durante o processo de privatização da Celg –, foi instalada a CPI, que está caminhando para o final de seus trabalhos.

Como resultado dos trabalhos da CPI, os parlamentares que dela participam esperam obter a elaboração de um novo acordo entre a Enel e o Estado de Goiás, que garanta os investimentos necessários para o desenvolvimento das 18 regionais e o cumprimento dos acordos feitos antes da privatização.

Os deputados mineiros convidaram os membros da CPI da Enel para uma audiência pública a ser realizada pela Comissão de Minas e Energia, o que foi prontamente aceito pelo presidente da comissão goiana. Essa audiência foi marcada para o próximo dia 3 de outubro, às 10 horas, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A visita cumpriu seu objetivo, que foi o de dar conhecimento aos parlamentares mineiros sobre eventuais circunstâncias que podem advir de eventual processo de privatização da Cemig, como pretende o governo do Estado. Cabe agora à Comissão de Minas e Energia continuar o acompanhamento do tema, dentro de sua estrita competência regimental.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Ulysses Gomes, relator.

#### **ANEXO**

Enel  
Goiânia, 4 de setembro de 2019.

SS 110953984  
Cód. cliente 1912491

## PROCESSO 0C283272283

Informação de Acesso  
CE-NIP-362-19

Goiânia, 28 de agosto de 2019.

**I&N-ND – PLANEJAMENTO DE REDE**

Assunto: Informação de Acesso para Minigeração Distribuída

Consulta de Acesso – Ocorrência nº OC283272283  
Nome do (a) Cliente: Wander Divino De Oliveira  
Número da Unidade Consumidora (UC): 10025982093  
Obras de melhoria/reforço no sistema: COM (X) / SEM ()  
Telefone: (62) 9824-90585  
E-mail: raag@raag.com.br  
Acessante: Wander Divino De Oliveira  
Potência do Transformador: 1000 kVA (a instalar)  
Potência da Geração: 1000 kW

Em atenção a consulta de acesso, encaminhamos a análise desenvolvida.

**1. Localização**

A Figura 1 apresenta a localização da UFV BOCA DA MATA no sistema de distribuição da Enel Distribuição Goiás.

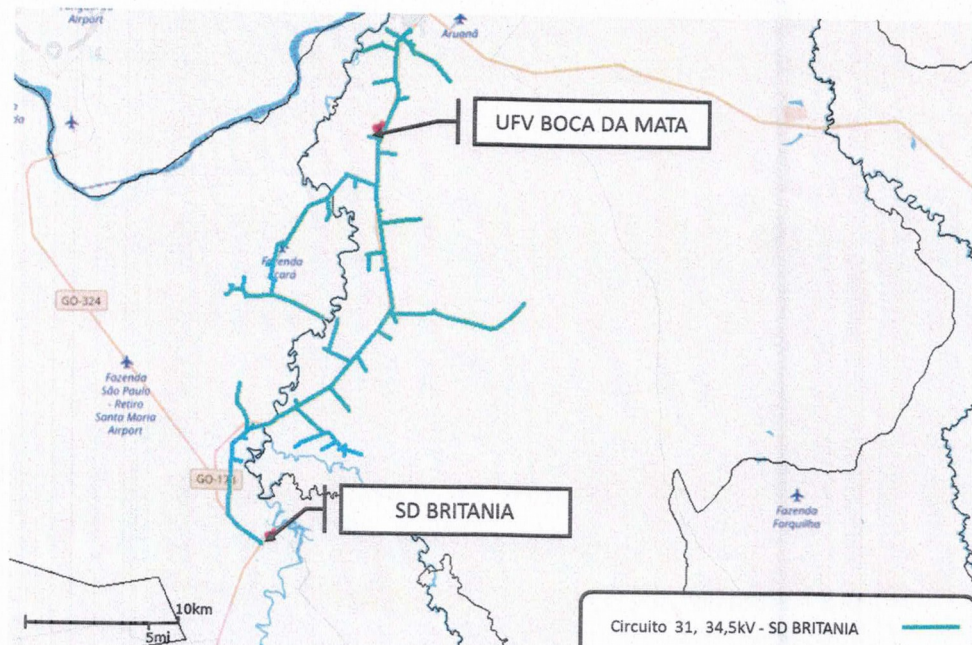


Figura 1 - Localização geográfica da UFV BOCA DA MATA no sistema de distribuição da Enel Distribuição Goiás.

A UFV está localizada no município de Aruanã, com as respectivas coordenadas geográficas: UFV BOCA DA MATA (-15,005245° latitude e -49,017861° longitude).





Informação de Acesso  
CE-NIP-362-19

## 2. Considerações de carga e geração

Para esta análise foi considerada a injeção e consumo de 1000 kW para a UFV BOCA DA MATA, conforme ofício circular nº 0010-2017-SRD/ANEEL.

Qualquer alteração em relação à carga instalada nas informações enviadas pelo acessante, com base nas quais foi elaborada esta Informação de Acesso, deve ser imediatamente comunicada à Enel Distribuição Goiás para as providências cabíveis.

## 3. Obras de adequação, melhoria e reforço

Para a UFV BOCA DA MATA, com potência de 1000 kW, a usina poderá se conectar no sistema de distribuição da Enel Distribuição Goiás, em 34,5kV, na UC 10025982093 suprida pelo circuito 31 da SD Britania, condicionado a implantação das seguintes obras:

### a. Obras de adequação

SD UFV BOCA DA MATA: SD de propriedade do acessante, que requer:

- Implantação de um transformador com potência compatível com a potência de geração e tensão secundária (referente lado da rede elétrica da Enel Distribuição Goiás) de 34,5kV.
- Implantação de religador automáticos ou disjuntor de acionamento automático 34,5kV para proteção da SD UFV BOCA DA MATA. Esta é uma obra de adequação necessária para o acessante definido pelo Comunicado Técnico nº 07/17 e, portanto, a responsabilidade executiva e financeira desta obra é exclusiva do acessante.

### b. Obras de melhoria e reforço<sup>1</sup>

- Construção de uma linha de distribuição de alta tensão (LDAT) isolada em 138 kV (operação inicial em 69 kV) Jussara – Fazenda Canadá, com aproximadamente 55 km de extensão, circuito simples, trifásico, cabo 397,5 MCM;
- Implantação de dois (02) vãos 69 kV para conexão da LDAT 69 kV Jussara – Fazenda Canadá, sendo um na SE Jussara e um na SE Fazenda Canadá;

## 4. Custos

O custo de implantação das obras de adequação, que são de responsabilidade financeira do acessante, e o custo de implantação das obras de melhoria e reforço, que podem ser executadas pelo acessante, mediante celebração de contrato específico e de acordo com a regulação vigente, estão discriminados na tabela a seguir:

Descrição	Tipo de obra	Custo
Implantação de religador automáticos ou disjuntor de acionamento automático 34,5 kV	Obras de adequação	R\$ 180.000,00
LDAT 69 kV Jussara – Fazenda Canada (isolada em 138 kV), cabo 397,5 MCM	Obras de melhoria e reforço	R\$ 43.000.000,00
Implantação de dois vãos 69 kV	Obras de melhoria e reforço	R\$ 1.850.000,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 45.030.000,00</b>

(\*) Todas as obras de adequação são de responsabilidade executiva e financeira exclusiva do acessante.

<sup>1</sup> Este conjunto de obras está sendo indicado devido ao cenário de consumo e está previsto no plano de investimentos da empresa para 2022. Cabe ressaltar que as datas aqui expostas podem sofrer alteração, a critério da distribuidora, em virtude de novas análises realizadas com base nos recursos financeiros disponíveis, no atendimento ao crescimento do mercado e à redução de criticidades.



Informação de Acesso  
CE-NIP-362-19

## 5. Informações de Telecomunicação

Não foram consideradas nos custos as obras de telecomunicações, supervisão e automação para esta usina, nem mesmo a subestação de uso exclusivo do acessante. Dentre tais obras e requisitos, estão incluídas:

1. Supervisão do Religador/Disjuntor da Usina:
  - 1.1. Coleta de status NA e NF;
  - 1.2. Coleta de Medidas;
2. Disponibilidade de Comunicação de Dados: acima de 75%.
3. Protocolos de Comunicação: DNP3, 101 ou 104.
4. Solução de telecomunicações: A solução de comunicação de dados adotada pelo acessante deverá permitir a perfeita integração entre os dispositivos de proteção e controle adotados em suas instalações e o sistema SCADA utilizado pela Enel Distribuição Goiás e garantir a disponibilidade mínima de comunicação solicitada, cujos projetos, requisitos e propostas técnicas deverão ser analisados e validados por GDS antes da implantação em campo, conforme características técnicas mínimas a seguir:

Deverão ser providenciados pelo acessante os meios de comunicação entre suas unidades operativas e o Centro de Operação da Enel Distribuição Goiás com o objetivo de atender os relacionamentos operacionais e também para permitir as aquisições de leituras a qualquer tempo pela ENEL GO.

Para efeito de auditoria da CCEE, nos casos aplicáveis e solicitados pela legislação pertinente, será necessário o acesso direto a todos os medidores, simultaneamente, onde a estrutura de comunicação/medidores deverá permitir o acesso da CCEE e dos agentes envolvidos, sem que um prejudique o acesso do outro.

### 4.1 Características básicas necessárias para o sistema de telecomunicações:

- 01 (um) canal de voz, com redundância, entre o centro de operação ou unidade operativa do acessante e o COS da Enel Distribuição Goiás em Goiânia-GO. Os canais de voz operativos deverão ser exclusivos para a comunicação entre os centros de operação, os quais deverão ser disponibilizados pelo acessante por 2 (duas) operadoras e meios de telecomunicações distintos;
- 01 (um) canal de dados para medição de faturamento. O SMF que será instalado deverá alimentar a central de leitura da Enel Distribuição Goiás em Goiânia-GO. A implementação do meio de comunicação para tráfego destas leituras é de responsabilidade do acessante e deverá ser via rede IP, bem como a adequação das medições existentes aos Procedimentos de Rede do ONS e as exigências da CCEE, sendo vedada a utilização de canais de comunicação discados via ramal, linha telefônica, ou conversores de mídia sem supervisão no sistema de medição para faturamento;
- 01 (um) canal de dados para supervisão e status operativos. O acessante deverá disponibilizar meio de comunicação para tráfego dos status operativos de seu empreendimento, conforme solicitação do parecer de acesso, o qual deverá ser via rede IP, sendo vedada a utilização de canais de comunicação discados via ramal, linha telefônica, conversores de mídia, ou qualquer ativo de rede sem supervisão remota;
- Solução técnica adequada para quaisquer pontos de supervisão e controle para a automação da distribuição, cuja validação técnica proposta deverá ser validada por GDS – Telecomunicações e atender aos requisitos mínimos de Operação e Manutenção apresentados nesse documento;

O sistema de telecomunicação deverá estar em conformidade com os requisitos operativos solicitados pelas áreas de planejamento e operação do sistema elétrico da ENEL Distribuição Goiás. Todos os projetos referentes ao atendimento dos pré-requisitos de telecomunicações, bem como as especificações técnicas dos equipamentos integrantes do escopo de telecomunicações do acessante,



Informação de Acesso  
CE-NIP-362-19

deverão ser apresentados à Enel Distribuição Goiás para análise e aprovação, incluindo-se as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de projeto e execução. Somente após a aprovação formal da Enel Distribuição Goiás poderão ser adquiridos os equipamentos de telecomunicações pelo acessante.

#### 4.2 Tecnologia de telecomunicações básica – Canal de dados via satélite

Considerando-se os requisitos básicos para acesso ao sistema elétrico ENEL GO, salvo solicitação operativa contida nesse documento que seja incompatível com a solução via satélite, cabo OPGW, por exemplo, a tecnologia básica para o canal de dados será via satélite. Para a utilização de canal de dados dedicado, via satélite, é necessário o atendimento aos pré-requisitos de telecomunicações listados abaixo.

- Banda dedicada mínima: 64 kbps;
- Faixa de frequência utilizada: Banda Ku, L ou C;
- SLA Mínimo: 99,5 %;
- Latência total máxima medida para o canal, incluindo-se enlaces terrestre e satelital, round trip (ida e volta): 850 ms;
- Help Desk, contato telefônico e e-mail;
- COR (Centro de Operação de Rede), 24x7;
- MTTA (Tempo médio de atendimento) / MTTR (Tempo médio para reparo) – 8 h/ 3h;
- Manutenção em campo;
- Configuração de VPN entre a Enel Distribuição Goiás e a Operadora: Validação por 30 (trinta) dias corridos e SLA mínimo de 99,5%;

A Enel Distribuição Goiás não será responsável por manutenções ou custos de serviços necessários para viabilidade ou infraestrutura de comunicação de dados.

#### 6. Informações para solicitação de acesso

Em atendimento à resolução ANEEL nº 687/2015 e conforme estabelecido pela Especificação Técnica nº 122 (Anexo C) da Enel Distribuição Brasil na Solicitação de Acesso o acessante deve apresentar os seguintes documentos:

1. ART do Responsável técnico pelo projeto elétrico e instalação do sistema de minigeração;
2. Projeto elétrico das instalações de conexão, memorial descritivo e estudo da coordenação da proteção;
3. Estágio atual do empreendimento, cronograma de implantação e expansão;
4. Diagrama unifilar e de blocos do sistema de geração, carga e proteção;
5. Dados necessários para o registro da central geradora conforme disponível no site da ANEEL <http://www.aneel.gov.br/scg>;
6. Certificado de conformidade do (s) inversor (es) ou número de registro de concessão do INMETRO do (s) inversor (es) para a tensão nominal de conexão com a rede (quando cabível);
7. Lista de unidades consumidoras participantes do sistema de compensação (se houver) indicando a porcentagem de rateio dos créditos e o enquadramento conforme incisos VI a VIII do art. 2º da resolução normativa nº 482/2012;
8. Cópia de instrumento jurídico que comprove o compromisso de solidariedade entre os integrantes (se houver);
9. Documento que comprove o reconhecimento, pela ANEEL, da cogeração qualificada (se houver)

Cabe destacar que a ART mencionada no item 1 deverá ser emitida e assinada por profissional com o título de engenheiro eletricista, amparado pelo artigo 8º da resolução CONFEA nº 218/73.

Conforme estabelecido pela resolução ANEEL nº 687/2015 na Solicitação de Acesso deve constar o Projeto elétrico destacando as condições atuais e as modificações necessárias para adequação à



Informação de Acesso  
CE-NIP-362-19

Especificação Técnica nº 122 da Enel Distribuição Brasil, bem como as especificações de seus acessórios: disjuntores, condutores, DPS, caixas, etc.

### 7. Informações para conexão

Para a instalação de minigeração e em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 4º da REN ANEEL nº 482/2012 o consumidor deverá assinar contrato de fornecimento com demanda equivalente a potência ativa do gerador.

Os valores de referência a serem adotados para os indicadores: tensão em regime permanente, fator de potência, distorção harmônica, desequilíbrio de tensão, flutuação de tensão e variação de frequência são os estabelecidos na Seção 8.1 do Módulo 8 – Qualidade da Energia.

As obras de adequações do padrão de entrada, conforme estabelecido na Especificação Técnica nº 122 da Enel Distribuição Brasil, serão de responsabilidade do acessante, e deverão ser executadas de acordo com projeto previamente aprovado pela Enel Distribuição Goiás.

### 8. Considerações Finais

As informações detalhadas para desenvolvimento dos projetos, bem como os próximos passos necessários para realizar a solicitação de acesso, serão disponibilizadas pela Enel Distribuição Goiás após a confirmação do interesse do acessante na alternativa apresentada.

Esta Informação de Acesso tem caráter preliminar e não exime o solicitante de qualquer responsabilidade decorrente desta conexão, obedecidas as Resoluções específicas da ANEEL, os Procedimentos de Rede e os Procedimentos de Distribuição. Outras adequações no sistema decorrentes da entrada em operação desta minigeração, se necessárias, serão objeto de detalhamento no Parecer de Acesso.

### 9. Referências

- I. Módulos 3 e 8 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST;
- II. Resolução Normativa ANEEL nº482/2012;
- III. Resolução Normativa ANEEL nº687/2015;
- IV. Resolução CONFEA nº 218/73;
- V. Especificação Técnica de conexão da Enel Distribuição Brasil nº 122 -CNC-OMBR-MAT-18-0122-EDBR;
- VI. Ofício circular nº 0010-2017-SRD/ANEEL;

### 10. Responsáveis

Esta Informação Acesso foi elaborada pela área de *Network Investment and Planning* da Enel Distribuição Goiás.

Atenciosamente,

Eng.ª Renata Keli Soares Silva

I&N – ND – Planejamento de Rede – Enel Distribuição Goiás

Eng.ª Tânia Maria de Oliveira Serra Hortêncio

I&N – ND – Planejamento e Análise de Investimento – Enel Distribuição Goiás.

Enel Distribuição Goiás – Rua 2, Quadra A-37, Edifício Gileno Godói, Jardim Goiás, 74805-180 - Goiânia – GO

5

## ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/10/2019

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Professor Cleiton (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.072/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 2.890, 2.930 a 2.935, 2.942 a 2.946 e 2.949/2019 deixam de ser apreciados por terem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.587/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para assegurar o regular procedimento de renovação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – aos motoristas habilitados entre os anos de 1994 e 1998, uma vez que estes já frequentaram o curso de direção defensiva e de primeiros socorros, sendo indevido exigi-lo novamente;

nº 4.588/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao titular da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Sete Lagoas pedido de providências para determinar a transferência do preso que, no dia 18/9/2019, transmitiu ao vivo, por meio de um telefone celular, um vídeo seu e de seus colegas de cela;

nº 4.589/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Diretoria do Presídio Promotor José Costa, em Sete Lagoas, pedido de providências para que corriqueiramente sejam realizadas minuciosas vistorias na referida unidade prisional, considerando que, no dia 18/9/2019, um preso, por meio de um aparelho celular, transmitiu ao vivo um vídeo seu e de seus colegas de cela;

nº 4.590/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 21.157, de 2014, que acrescentou ao art. 6º da Lei nº 12.032, de 1995, parágrafo único que dispõe sobre a adoção, pelo Estado, de medidas para assegurar o acesso de pessoas com deficiência ao local de realização de exames do processo de habilitação de condutor de veículo automotor, por meio da descentralização da comissão de exames especiais do Detran-MG para as cidades-sede das regiões integradas de segurança pública, tendo em vista correspondência encaminhada a esta Casa pelo Sr. Eduardo de Sá Soares, em que indaga sobre a aplicação de legislação acima mencionada em Governador Valadares;

nº 4.604/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre os termos de ajustamento de conduta – TACs – firmados com a Vale S.A., consubstanciadas nas cópias dos TACs e de todas as recomendações encaminhadas à mesma empresa, nos últimos cinco anos, considerando tratar-se de tema de competência da Defesa Civil afeto à comissão e considerando que foi aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho o Requerimento em Comissão nº 1.960/2019, encaminhado pelo Ofício nº 240/2019/CPI, recebido pelo Ministério Público do Estado em 27/5/2019, que até o momento permanece sem resposta;

nº 4.605/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ten-Cel. PM Helvécio Fraga dos Santos, subchefe do Gabinete Militar do Governador do Estado, pedido de informações sobre os Contratos nºs 9078092 e 10/2015, celebrados entre o Estado e a Sociedade Empresária Líder Táxi Aéreo S.A. e a Sociedade Empresária Tam – Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., respectivamente, e seus termos aditivos, especificando, de forma detalhada, quais serviços serão prestados e quais servidores públicos utilizarão os serviços de transporte aéreo, conforme extrato publicado no diário oficial de Minas Gerais de 2/10/2019; e sejam enviadas cópias integrais dos citados contratos e termos aditivos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de hoje às 11h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 7 de outubro de 2019, destinada a homenagear a Federação Mineira dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg – pelos seus 50 anos.

Palácio da Inconfidência, 4 de outubro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública, a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 7/10/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Planejamento e Gestão relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2019.

João Magalhães, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/10/2019

O deputado Marquinho Lemos\* – Sr. Presidente, colegas deputados e colegas deputadas, senhores e senhoras que nos acompanham aqui das galerias e nos assistem pela TV Assembleia, boa tarde.

Venho a esta tribuna para falar de um assunto que eu tenho certeza que é de interesse da maioria dos municípios mineiros. Sou municipalista, primeiro, por convicção e por saber, é claro, da importância de nossas cidades, de nossos municípios; segundo, por experiência de ter sido prefeito de uma cidade pequena lá, no Vale do Jequitinhonha.

Hoje eu quero aqui alertar prefeitos, vereadores e secretários de Meio Ambiente dos municípios para a Lei Federal nº 11.445/2007, que autorizou a criação dos fundos de saneamento básico, e também para a Resolução nº 110/2018, da Arsa, que regulamenta e define como ter acesso aos repasses desse fundo. De acordo com a resolução, os municípios já atendidos pela Copasa e

pela Copanor e por outros prestadores regulados pela Arsae têm o direito de receber até 4% da tarifa do lucro líquido da Copasa e da Copanor em seu município. Porém, o que me chamou a atenção foi que, até hoje, dos 635 municípios, somente 60 se habilitaram para receber esse fundo - e não é pouco dinheiro.

E aí, companheiro Betão, quero falar para você que, só para se ter uma ideia, Belo Horizonte, que já está habilitada, hoje tem R\$49.900.000,00 do fundo de saneamento básico. Depois, Contagem – estou falando aqui dos 60 municípios que já estão habilitados – tem R\$9.966.000,00. Há cidades pequenas lá da minha região, como Serra Azul de Minas, que já se habilitou, com R\$13.000,00. Então, são valores diferenciados até pelo número, é claro, de atendidos em cada cidade, em cada município, pela Copasa ou Copanor.

E aí me chama a atenção que, desses 635 municípios da Copasa, há municípios grandes que ainda não se habilitaram, como Betim, que teria um valor bem alto. Com certeza, apesar de ser uma cidade com uma arrecadação muito alta, todo e qualquer dinheiro para a prefeitura hoje é bem-vindo. E, para que os senhores deputados, as senhoras deputadas, os colegas possam saber, de Betim seriam R\$5.000.000,00 do fundo.

Deputado Cleitinho, ontem você falou aqui da Arsae. Quero falar para você que, em sua próxima ida à Arsae, é bom que olhe lá, confirme e veja por que a sua cidade, Divinópolis, que teria R\$3.000.000,00 do fundo, não se habilitou ainda. Então, são vários e vários municípios que estão aqui. A exigência para se habilitar é tão pequena. Aí, quero reforçar aqui aquilo de que fui informado pelo diretor-geral da Arsae, Gustavo Gastão. No final do ano passado, ele mandou um comunicado para todas as prefeituras, chamando a atenção para que elas providenciassem e se habilitassem ao fundo e que, infelizmente, 60 municípios apenas tomaram as providências e se habilitaram. Aí, talvez – quero crer – o prefeito que recebe muitas informações e muitos ofícios tenha se perdido no meio de tanta informação que recebe. Não foi talvez por má vontade, porque todos esses municípios atendidos pela Copasa e pela Copanor são na maioria pequenos. Qualquer tanto desse seria aqui muito bem-vindo e daria para fazer algo, porque esse dinheiro do fundo só pode ser utilizado na questão do meio ambiente e do saneamento. Pode muito bem.

Na nossa região, companheiro e amigo deputado Doutor Jean, com o dinheiro que há aqui para vários municípios, daria para perfurar vários poços artesianos e daria para investir na coleta de resíduos e na limpeza da cidade. É muita coisa que você pode fazer com esse dinheiro. Estou aqui com uma lista de todos os 630 municípios – dos 60 já habilitados e dos demais que não o são – e com os valores. É claro que é um valor baseado na arrecadação do ano passado e que agora pode ser bem maior. São valores que estão aqui e que chamam a atenção na cidade da minha região: Frei Gaspar, que seriam R\$49.000,00. Então, daria para a prefeitura aplicar esse recurso muito bem em várias atividades do saneamento e do meio ambiente.

Portanto, subo aqui hoje para falar isso e chamar a atenção dos colegas para que também falem para os prefeitos. Nós já tivemos a oportunidade de fazer uma reunião na qual houve a participação de mais de cinquenta prefeitos, vice-prefeitos e secretários de Meio Ambiente. Isso foi na semana passada na Escola do Legislativo, quando tivemos a participação também, a nosso convite, do diretor-geral da Arsae, que foi e deu uma explicação muito boa para todos que lá estavam sobre como ter acesso, como se habilitar para receber esse recurso. É muito simples. Basta o município ter o plano de saneamento básico municipal, que a maioria já tem; ter o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o Codema e, se não o tiver, ter o Conselho Municipal de Saúde, que a maioria também já tem; e o prefeito fazer o decreto e encaminhar o ofício à Arsae para que possa analisar a documentação e habilitar o município. Aí, chamo a atenção aqui por causa do prazo, que é até o dia 30 de janeiro, para que os municípios possam se habilitar e receber o dinheiro a partir de junho do ano que vem.

Então, fica aqui esta minha fala. Como ex-prefeito, sei da preocupação de nós todos com os municípios e principalmente conheço de perto a importância desses valores para a maioria das nossas cidades, que vivem com poucos recursos. Mais uma vez aqui, aproveito para agradecer ao diretor-geral da Arsae, Gustavo Gastão, que ainda tem aí alguns meses de mandato como diretor. Ele irá até 18 de dezembro, e aí, sim, a Arsae passará a ter um novo diretor, que, com certeza, terá que passar, aqui, pela sabatina. E nós



veremos, então, quem deverá ser o novo diretor da Arsae. Fica aqui o meu muito obrigado pelo apoio que recebi, principalmente pelos esclarecimentos que obtivemos lá dos companheiros da Arsae. Eles demonstraram, sim - todos lá, todos, funcionários, diretores -, a preocupação, o interesse em que esse fundo chegue a todos os municípios, aos 635 municípios que hoje são atendidos pela Copasa e pela Copanor.

Então eu acho que é preciso chamar a atenção dos nossos prefeitos para que eles providenciem essa documentação desde já. Quero dizer que estou colocando o meu mandato, o meu gabinete à disposição de todos os prefeitos. Lá nós temos o modelo da resolução, o modelo do ofício, todo o passo a passo para que o prefeito não tenha dificuldade em fazer o dever de casa e encaminhar essa documentação o mais rápido possível, para que, em janeiro, encerrado o prazo, a gente possa olhar com alegria, porque todos os municípios de Minas terão sido habilitados. É esse o desejo que temos aqui. Não é olhar só para o município ou para a região onde fui votado, mas para todos os municípios de Minas Gerais. São 635 municípios que poderiam estar sendo atendidos por esse recurso, mas não estão - somente 60 se habilitaram. Então, espero voltar aqui outra vez e poder dizer que todos os municípios já estão habilitados.

Aproveito também a oportunidade para convidar todos os companheiros, companheiras, deputadas e deputados, a você, que nos ouve, que nos acompanha. Hoje teremos aqui uma homenagem aos seis estudantes de Minas Novas que nos representaram, que representaram o Brasil na Olimpíada de Matemática, em Taiwan. Então, hoje, nós faremos uma homenagem lá, na Comissão de Cultura, às 16h30min, quando esses seis estudantes, o professor e a Escola Estadual Presidente Costa e Silva serão homenageados por todos nós. Então, fica aqui o convite, porque é motivo de muito orgulho e de muita alegria para nós, que somos do Jequitinhonha, ver e poder ser representados por esses conterrâneos, os estudantes que hoje estarão aqui recebendo essa homenagem. Fica aqui o convite e, desde já, o meu muito obrigado a todos.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* – Caro presidente, colegas, pessoas que acompanham esta reunião pela TV Assembleia, eu quero falar da importância da aprovação das matérias no dia de hoje, dos projetos que foram apresentados pelo Ministério Público, pelo tribunal e também pelos parlamentares aqui na Casa. Nós estamos aguardando o governador enviar o chamado plano de recuperação fiscal, para fazermos a discussão aqui. Por enquanto, a discussão que estamos fazendo é baseada em informações que chegam. Parece que o plano de recuperação fiscal trará pontos muito parecidos com aqueles que já estão dispostos na lei, é claro, e foi assinado por outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro. Bem, no momento oportuno, nós vamos falar sobre ele, vamos falar sobre privatizações, vamos falar sobre congelamento de concursos, vamos falar sobre aumento de contribuição previdenciária do servidor, vamos falar de regime de tributação especial, vamos discutir isso exaustivamente. Estou dizendo isso porque às vezes algumas pessoas, membros do governo, acham que temos de votar qualquer coisa que chega aqui, e no tempo que o governo quer, e não no tempo que o assunto merece, necessita, para a sua maturação. Então, quero dizer que estamos aguardando e, enquanto isso, temos uma agenda, uma lista de projetos que tramitam aqui na Casa, nas comissões. Parte daqueles que já estavam prontos para análise do Plenário foi votada.

Presidente, eu quero fazer aqui um destaque especial a um projeto que nós aprovamos, da Comissão de Direitos Humanos: o Projeto de Lei nº 5.475/2018. Eu me lembro de que, na época, eu era presidente dessa comissão quando recebemos o relatório e os encaminhamentos do fórum técnico que tivemos em Minas sobre a situação dos moradores de rua. Vários encaminhamentos foram feitos para diversos órgãos, e, no caso da Assembleia, propostas de legislação. Eu tenho a grata satisfação de ter sido o relator e, de certa forma, o autor da matéria representando a Comissão de Direitos Humanos. O que nós votamos aqui hoje? Incluímos no programa estadual de habitação de interesse social, como público prioritário das políticas habitacionais, as pessoas em situação de rua. Eu acho que isso é muito importante; Minas Gerais avança na inclusão da garantia da dignidade humana daqueles que mais precisam. Essa matéria foi aprovada e nos trouxe essa grata satisfação. É claro que há outras matérias de colegas aqui nas áreas de saúde e de infraestrutura que também foram aprovadas. O deputado Cleitinho teve um projeto importante aprovado sobre a defesa do

consumidor. Eu acho que hoje nós produzimos muito o que é de interesse do povo de Minas Gerais. Esse era um dos assuntos. Faço aqui um agradecimento aos colegas deputados que aprovaram a matéria que nós apresentamos e ressalto a importância que tem tido o Poder Legislativo.

O outro assunto, presidente, é que quero fazer repercutir a matéria do jornal *O Tempo*, do dia de hoje. Eu estou falando em direitos humanos, então, essa matéria me chamou a atenção. Dessa maneira, faço também uma homenagem à Polícia Civil de Minas Gerais pelo trabalho que ela desempenhou no caso. Do que eu estou falando? Uma das matérias de capa do jornal *O Tempo* traz: (- Lê:) “Idosos ficavam até três dias sem água e sem comida em asilo de Santa Luzia. Internos eram obrigados a tomar banho frio às 5 horas da manhã. Um idoso de 70 anos e uma mulher cadeirante foram vítimas de abuso sexual”. Veja, Doutor Jean, que situação! Nós estamos falando de idosos. Há momento mais dramático na vida da pessoa do que quando ela está idosa e a família não quer ou não pode proceder aos devidos cuidados e então a entrega às instituições, onde lá estando sofrem todo tipo de tortura e de abuso? Deputado Jean, foram quatro volumes e três adendos de inquérito concluídos pela Polícia Civil sobre tortura e morte de idosos nesse asilo em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para você ter ideia, deputado, da série de atrocidade que resultou na morte de 18 de um total de 76 vítimas indefesas. Foram 76 vítimas e, dessas, 18 vieram a óbito. São mais de mil páginas relatando vários tipos de crimes que vão da tortura ao estupro de um idoso de 70 anos e dessa cadeirante de 23 anos. Seis pessoas foram indiciadas e os familiares dos idosos estão pedindo a condenação de todos.

Estou fazendo aqui essa fala porque muitos questionam quando a gente luta e briga pela dignidade, pelo direito humano. Muitos acham que, quando a gente fala em direito humano, queremos discutir apenas a situação daqueles que cumprem pena no sistema prisional, num reducionismo de conceito e de conteúdo, jogando para a galera. Acham que os direitos humanos só se ocupam de sistema prisional. Já falei isso aqui várias vezes. A questão prisional tem de ser assunto e tema a ser tratado por nós evidentemente. É um sistema em que 70% voltam a reincidir. Temos a maior população carcerária em números absolutos do Brasil e que custa quase R\$3.000,00 para o contribuinte, portanto não está certo. Não recupera e gasta muito. Há alternativa? Há. Quem quiser conhecer o método Apac, a gente faz aqui uma discussão. Já aprovei, na Comissão de Direitos Humanos, um requerimento para fazer uma audiência para discutir o método Apac. Há alternativa. Olha que não foi pensado por nenhum gestor público; foi pensado pela própria sociedade.

Estou falando isso porque o debate da discussão do direito à dignidade humana é amplo e trata do direito à dignidade humana e também, claro, dos idosos, dessas pessoas. Assim, estou aqui fazendo uma homenagem à polícia para que, então, conclua esse inquérito e apresente aqueles que serão arrolados nesse processo, mas lamento profundamente que essas pessoas tenham passado por isso nesse período.

Olha, acreditamos muito numa parte do terceiro setor que desempenha um papel sério, responsável e, às vezes, consegue, deputado Carlos Henrique, suprir a ausência do Estado em algumas situações de política pública. Sabemos, também, que há muito picareta, muita gente fazendo rolo, esquema, ganhando dinheiro. Por trás de uma roupagem de prestar um serviço de interesse público, às vezes, com comoção social, e utilizando da boa-fé da sociedade em apoio a esses projetos, há esses tipos de violência, como citei aqui, deputado Carlos Henrique, no jornal *O Tempo*.

O deputado Carlos Henrique (em aparte)\* – Deputado Cristiano, em se tratando especificamente dessa situação que nos alarmou a todos na cidade de Santa Luzia, na primeira morte, aquela clínica ou local de hospedagem, de acolhimento de idosos, já deveria ter sido interditada. Não havia necessidade de se atingir 18 mortes. Os gestores daquela clínica têm responsabilidade direta sim, porque a clínica foi a causa das mortes, mas e a prefeitura? Onde estava? Foi conivente em permitir, de alguma forma, 18 mortes, fora dezenas de idosos que sofreram agressões.

Então, é preciso, de fato, se pensar muito nessas casas de acolhimento de idosos e de crianças. Que haja uma maior fiscalização com um maior rigor.



Então, nesse inquérito, naturalmente, deve haver outros responsáveis, porque aqui reitero, sendo redundante, a prefeitura, no meu ponto de vista, tem responsabilidade direta em deixar 18 idosos... Imagine bem, você como filho, nós, como filhos, vamos entregar os pais numa casa de idosos. Muitos entregam porque não têm como cuidar dentro do seu lar porque trabalham e têm as suas atribuições; vão confiar a vida dos seus pais a uma casa de idosos e têm, como resultado, a entrega de seus corpos.

Então, isso é lamentável. Temos de lamentar realmente e cobrar maior rigor, maior punição a todos os atores envolvidos. Não são somente aqueles que “cuidavam”, entre aspas, dos idosos, mas a prefeitura precisa ter responsabilidade nisso.

O deputado Cristiano Silveira\* – Obrigado, deputado Carlos Henrique. Boa reflexão, porque outras casas estão em funcionando por todo o Estado, seja cuidando de idosos, como muito bem V. Exa. disse, seja cuidando de crianças. Que as prefeituras fiquem atentas, que as câmaras municipais fiquem atentas, que mesmo os órgãos de controle e de fiscalização do Estado fiquem atentos. O que está ocorrendo nesses lugares? Não é isso? O deputado Carlos Henrique aqui faz um alerta. Utilizando-se deste momento nosso, de indignação com os fatos, faz um chamado à boa fiscalização dos estabelecimentos que prestam esse tipo de serviço.

Ainda falando dos idosos, não poderia deixar de comentar que ontem foi aprovada, na CCJ do Senado, no Dia do Idoso, porque ontem foi o Dia do Idoso, a proposta, o relatório da reforma da Previdência. Já dissemos aqui, durante toda a discussão desse debate da reforma da Previdência, como isso vai impactar a vida dos trabalhadores, dos trabalhadores mais idosos e mais pobres do nosso país. Não temos dúvidas de que poucos terão condições de se aposentar com o benefício integral, porque são impostos os 65 anos de idade para homens, com 40 anos de contribuição, e, no caso, 62 anos para as mulheres, com 35 de contribuição, para receber o benefício na média salarial, porque não são mais 80% das maiores contribuições. Será na média salarial ao longo da vida laboral. Então lamentavelmente, ontem, no Dia do Idoso, foi aprovado um texto que a longo prazo vai prejudicar demais a vida dos idosos no nosso país.

Outro assunto, presidente. Fiz vários tópicos. Queria também falar do contingenciamento de recursos na saúde e na educação feitos pelo governador Zema. Olhe, os prefeitos reclamam dos atrasos de repasses. A gente sabe que estão faltando medicamentos, que estão faltando recursos para terminar obras, como unidades básicas de saúde. Temos termos, convênios, Pro-Hosp sem serem quitados com instituições que prestam serviços de atendimento à saúde. É muito grave isso. A gente sabe que o governo tem feito esforço fiscal diante da crise que vive, mas sabemos que não pode haver desassistência ao povo mineiro, especialmente nas áreas fundamentais, como saúde, como educação, como segurança.

Presidente, para se ter uma ideia, na educação, nesses oito primeiros meses de governo, deveriam ter sido investidos 25% dos recursos do orçamento. Foram investidos 18%. Na saúde, deveriam ter sido investidos 12%. Foram investidos 5,3%. Para se ter uma ideia, é o menor investimento ou cumprimento da obrigação constitucional dos últimos 10 anos em Minas Gerais. Se compararmos os últimos governos, nesses últimos 10 anos... Se formos comparar, no caso da educação, posso falar em 16 anos. Mas pegando a saúde, nos últimos 10 anos, foi o menor investimento durante um governo. Olhe que nesse mesmo período, comparado com o período do ano anterior, nós tivemos um aumento de 3% na arrecadação.

Então, deputado Ulysses, olhe como é a situação. Aumenta 3% a arrecadação, no mesmo período, e temos o maior contingenciamento, no caso da saúde, nos últimos 10 anos, e da educação, nos últimos 16 anos. Isso é que falta lá na ponta, na escola para o menino, para o professor, para pagar o piso para os professores, para fazer os repasses, que são importantes, na saúde. Então o governador Zema tem de ter responsabilidade. Que ele tome... A gente fala em plano de recuperação fiscal, mas essas medidas são medidas duras e amargas, que também têm uma lógica de arrocho fiscal no Estado de Minas Gerais. Como é isso? Estou aqui fazendo esse alerta. Existe impacto, existe desassistência. Existe gente que precisa do serviço e não está recebendo.

Para concluir, quero agradecer ao deputado Ulysses Gomes o convite para a audiência pública de amanhã, deputado, que acontecerá às 10 horas da manhã, no Auditório José de Alencar, onde será discutida a proposta de privatização de estatal. No caso,

estou falando da Cemig. Parece que estarão presentes deputados da CPI da privatização de energia do Estado de Goiás. Eles vendem privatização como se fosse a fórmula mágica para resolver o problema do serviço público, para baixar tarifa, para tirar o Estado do arrocho. Então aqui, amanhã, quem nos está acompanhando está convidado a participar dessa audiência pública. Eu estarei lá presente, às 10 horas. Será amanhã, 3 de outubro, quinta-feira, às 10 horas, no Auditório José de Alencar, para saber o que houve no Estado de Goiás com a privatização da companhia de energia daquele estado e o que poderá acontecer com a nossa Cemig se a gente trabalhar isso como uma opção aqui em Minas. Já digo, de antemão, que sou contra. Uma empresa que dá mais de R\$2.000.000.000,00 de lucro por ano, como é o caso da Cemig, penso que não vai resolver o problema financeiro do Estado, pelo menos a médio e longo prazos. Ainda desmobiliza o patrimônio, que é o patrimônio do povo de Minas Gerais.

Então é isso, presidente. Obrigado. Obrigado, nobres colegas.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, população que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Queria, Sr. Presidente, retomar alguns assuntos que, ao longo dos últimos meses, nas oportunidades que tenho tido de subir a esta tribuna, compartilho com a sociedade mineira. Há alguns meses, a gente vem relatando e acompanhando, dentro da nossa função de fiscalizar, as contas do Estado. Aí, deputado Jean, a gente tem percebido que, mês a mês, a economia que o Estado vem conseguindo fazer tem sido significativa. Há dois meses, anunciamos algo em torno de R\$9.000.000.000,00 em caixa; no mês passado, um pouco mais de R\$6.000.000.000,00; e, quando a gente compara, mais uma vez, as contas do Estado, nós temos a clara informação... Quando você vê, no *site* Transparência, a declaração quadrimestral, publicada antes de ontem pelo Tribunal de Contas, são mais de R\$6.000.000.000,00, se você subtrair a despesa da receita.

O Estado continua economizando, sabe onde, deputado Jean? Na saúde. Só que essa economia, na lógica privatista e liberal do governador Zema, é para guardar dinheiro. Eu comparei, nas vezes que aqui subi para falar desse assunto, que ele, como empresário, tem lucro e, se guarda dinheiro, pode pegá-lo, guardar, investir, fazer o que quiser, mas, a lógica pública é diferente da privada: se há economia – e isso é positivo –, você tem que transformá-la em política pública, em ação concreta que melhore a vida do cidadão ou, no caso, dos servidores públicos, que continuam com os salários atrasados.

A gente sabe a dificuldade econômica por que o Estado vem passando e que, ao longo dos últimos anos – não só no governo passado, mas também no anterior –, para fechar suas contas, o governo dependeu e vem dependendo de recursos extraorçamentários, que não estão previstos no ano; e foi assim nos últimos anos, quando o governo, ao conseguir um pouco de recurso extra, conseguiu adequar alguns investimentos ou alguns acertos, e, neste momento, o próprio governador Zema tem dito que precisa desses recursos. Na sua lógica, vem anunciando, há meses, meses e meses, um regime de recuperação fiscal que nunca chega a esta Casa, mas a proposta dele passa pelo regime de recuperação e pela privatização das nossas estatais: a venda do patrimônio do povo mineiro para ele ter um recurso extra e, com ele, regularizar salários e tudo o mais.

E nós acabamos de ter recursos extras, além de haver dinheiro em caixa. Volto a afirmar isso. Eles colocaram o secretário de Fazenda, no mês passado, para questionar, dizendo que isso não era verdade; e eu estou cobrando, então, que o governo, ao contrariar, ao discordar dessa informação, que é pública, apresente para nós, então, o extrato das contas, porque aí não vai ser só o que está no Transparência nem o que está publicado no Tribunal de Contas, o relatório quadrimestral - vamos ter o extrato das contas.

Então, que o governador, que a secretaria de Estado nos apresente o extrato dessas contas para que a gente possa ter a informação clara: quanto dessa receita e despesa publicadas é realmente dinheiro na conta, porque o que está publicado hoje, deputado Cleitinho, são mais de R\$6.000.000.000,00 em caixa, economizados sabem de onde? Da Saúde, porque todo mundo aqui, se for consultado, vai compartilhar conosco a precariedade do serviço de saúde, de educação, de infraestrutura, que foi reduzido em mais de 52% se comparado ao mesmo período do ano passado, quando a gente governava com toda a dificuldade, investindo muito mais em infraestrutura, muito mais em educação e muito mais em saúde.

Quem está sendo penalizado é o cidadão que mais precisa do serviço público. Em saúde, deputados, nós tivemos, no último quadrimestre, um investimento de 5,3%, sendo que o Estado tem que investir 12%, deputado Cleiton – de 12%, investiu apenas 5,3%. É a estrangulação do serviço de saúde no Estado. Vamos ver os hospitais como estão. É só a gente perguntar, visitar – e é o que a gente tem feito – e ver o que está acontecendo. Na contramão disso, o Estado está guardando dinheiro. Na educação, são pouco mais de 18%; e, na contramão disso, o Estado guardando dinheiro, com mais de R\$6.000.000.000,00. Não bastasse a economia e o dinheiro guardado, o governo ainda conseguiu um recurso extra, na mesma linha daquilo que falei quando subi a esta mesma tribuna, no mês passado, que é o Ctrl+Zema, é o que o governador Zema tem feito de copiar e colar do governo passado, do governo Pimentel. Ele copiou – vou dar alguns exemplos que citei e vou voltar a citar aqui – o aplicativo, que ele acha que é uma novidade, de acesso ao cidadão, o MG App. Ele mudou uma coisa, deputado Cleiton: está todo laranja. Aliás, a propaganda do governo, se fosse à época do nosso governo, se fosse vermelha, haveria crítica para todo lado. Mas laranja pode! Pode os crachás na Cidade Administrativa, pode as campanhas publicitárias do governo ser laranja, pode o aplicativo todo ser laranja. É um pequeno detalhe. Pode ser bobeira, mas é para a gente perceber como os olhares, a percepção e as cobranças das pessoas mudam dependendo dos seus interesses.

O Partido Novo e suas lideranças, que antes cobravam de uma forma, hoje fazem vista grossa, mas copiam e colam. O Ctrl+C e o Ctrl+V são aqueles atalhos, deputado Doutor Jean, que a gente usa no teclado - Ctrl+C, Ctrl+V, você copia e cola. O Zema conseguiu criar o Ctrl+Zema, porque ele copia e cola num nível fácil, com todo respeito, se assim se pode dizer, de cara de Pinóquio, como se fosse implementada uma novidade aqui. Ele copiou o MG App, copiou todas as ações implementadas no governo passado que geraram economia e que geraram um superávit hoje de mais de R\$7.000.000.000,00. Hoje o governo do Estado tem, no mesmo período de arrecadação, R\$7.000.000.000,00 a mais arrecadados, e consegue investir menos. E ninguém cobra!

Então, nós temos que trazer isso para o cidadão perceber. A precariedade do serviço hoje está sendo paga, cada dia mais, pelo cidadão que precisa. Ele copiou os investimentos e as parcerias com as empresas que se instalaram, geraram emprego e renda no Estado de Minas Gerais – a Siamig, indústria de cana-de-açúcar; a empresa de energia fotovoltaica, onde foi investido tudo e iniciada no governo passado; a empresa Verallia, no Sul de Minas; aquele programa de jardinagem de que o governador quis fazer uma propaganda danada, que fez um convênio com a Secretaria de Segurança Pública e com os presidiários e que iria gerar economia para o Estado: coisa do governo passado. Enfim, ele fez tudo isso, mas fez algo também... Copiou e colou da Codemig, que ele está anunciando – nós vamos até entrar com uma representação –, e copiou da Gasmig. A Gasmig tem um fator interessante. Ele copiou, fez o Ctrl+C, Ctrl+V, o Ctrl+Zema, o processo de prorrogação da concessão da Gasmig que o governo passado queria fazer, e conseguiu. Na última sexta-feira, o dinheiro entrou em caixa – R\$891.000.000,00 extraorçamentários, deputado Cleitinho. Então, quase R\$900.000.000,00 em caixa, está aqui publicado. Companhia Energética de Minas Gerais, fato relevante. Como ela é uma companhia de economia mista, tem que publicar no mercado qualquer fato relevante. Está aqui publicado, anunciado. No dia 20 de setembro, e no dia 27, sexta-feira, o dinheiro entrou na conta. A título de bônus de outorga, no valor de R\$852.000.000,00, na data-base de janeiro de 2019 – então, o previsto em janeiro de 2019, eram R\$852.000.000,00. Atualizado, o dinheiro caiu na conta. Se houvesse aquele barulhinho do cifrão aqui, teria o cifrãozinho caindo na conta. Caiu dinheiro extra, R\$891.000.000,00 referentes à prorrogação da concessão da Gasmig. Então, ele fez o Ctrl+Zema, só que com uma grande diferença: ele copiou o modelo de antecipação, mas ele aplicou uma maldade, porque, no modelo que nós deixamos pronto, o contribuinte não iria pagar isso. Agora, deputado Cleitinho, quem vai pagar é o contribuinte, porque vai aumentar o gás que a Gasmig oferece às empresas e aos consumidores que usufruem desses serviços em Minas Gerais.

Ele copiou, sim, o modelo, mas aplicou uma maldade e vai taxar o cidadão, que vai pagar essa conta, e quem deveria pagar era a própria Gasmig com o seu lucro declarado anual, que eu trouxe aqui: em 2015, R\$117.000.000,00; em 2016, R\$97.000.000,00; em 2017, R\$149.000.000,00; em 2018, R\$177.000.000,00. Ou seja, a Gasmig anualmente vem dando lucro, e ela dá conta de fazer os investimentos que precisa, sem necessariamente aumentar a tarifa para o contribuinte.

E é isso que o Partido Novo, que o governador Zema está fazendo. Ele está copiando e colando ações, mas implementando maldades no meio disso, cobrando do cidadão, do contribuinte, essas ações. E parece que as coisas vão passando despercebidas, e tudo está numa bondade danada. E o Ctrl+C, Ctrl+Zema continua em vários modelos. Quero compartilhar também, dentro dessas ações, nobres deputados, que nós estamos aqui e colhemos várias assinaturas do nosso bloco. Estamos entrando com algumas representações no Ministério Público, tanto no Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas, como no Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Uma delas é referente à indicação de Rodrigo Antônio de Paiva para a presidência da Prodemge. Acho que a gente demorou para fazer isso. Ele foi candidato pelo Partido Novo e tem que cumprir uma quarentena, conforme a lei federal, e vem ocupando um cargo público de gerência no Estado. E nós estamos entrando com uma representação denunciando isso, para que o governo responda e cumpra essa lei.

Uma outra representação, que é uma informação que a gente está procurando averiguar e é muito grave, diz respeito à concessão, ao contrato de cessão onerosa firmado entre a estatal Codemge e a empresa Multicult, conhecida como Casa Cor. A Casa Cor, hoje, está responsável por cuidar e usufruir, então, do Palácio das Mangabeiras. O governador, na sua campanha, falou que ia acabar com privilégios, que não ia usar o Palácio das Mangabeiras. Até então, parece que ele não usou; uma ou duas vezes só ele usou, mas optou por alugar um apartamento e morar nessa casa ou apartamento.

Na contramão disso, ele está tendo um gasto danado. Ninguém fala disso, mas toda a segurança e infraestrutura necessárias para manter a segurança o Estado está tendo que pagar: seguranças, aluguel da casa ao lado. Ou seja, deixou de gastar no palácio e está gastando em torno do governador. Nós vamos buscar informações para saber qual está sendo esse valor exato, mas sabemos que está havendo um gasto, um gasto muito maior.

E para dizer que não está gastando com o Palácio Mangabeiras, deputado Cleitinho, sabe o que o governador fez? Transferiu para a Codemge a administração... No dia 12/6/2019, e transferiu a administração do Palácio Mangabeiras para a Codemge. Dois dias depois, no dia 14, a Codemge, por dispensa de licitação, transferiu, numa cessão onerosa, para essa empresa chamada Multicult, que tem apenas cinco anos de existência, com apenas R\$3.000,00 de capital social – uma empresa enorme não é? -, que foi beneficiada sem pagamento de aluguel, aquele baita palácio, aquela casa, aquela estrutura, sem pagamento de aluguel, nem um centavo, apenas a título de cessão onerosa. Ou seja, o custo que ali existe de manutenção, de segurança, ela vai custear durante 42 meses. Quarenta e dois meses! Estamos falando que por praticamente quatro anos ela vai ficar responsável por cuidar daquilo, e o Estado não vai ter esse custo. É verdade, mas o Estado não vai receber por isso? O Estado teria que receber, porque essa mesma empresa está fazendo eventos. O primeiro evento que ela está fazendo, ela anunciou, publicou e está no contrato. Esse primeiro evento que ela está fazendo, quem quiser ir lá visitar e conhecer – assim eles estão anunciando – o Palácio das Mangabeiras, custa R\$60,00. Ela prevê, nos próximos 4 meses, receber lá 70 mil visitantes – 70 mil visitantes vezes R\$60,00 é igual a, nada mais nada menos, que R\$4.200.000,00. E o Estado ganha o que com isso? Nada.

Eu queria... Quem tem uma empresa e quem quer um negócio desse... Pelo jeito o governador está oferecendo uma casa... Você não precisa pagar aluguel, não, você vai lá promove seus eventos, não paga o aluguel, faz o que quer e fica com os lucros. É isso que o governo está fazendo. Então nós estamos apresentando uma denúncia, uma representação ao Ministério Público de Contas, ao Ministério Público de Minas Gerais para averiguar esse absurdo que ninguém fala e que o governador anuncia como uma maravilha. A Casa Cor está ganhando dinheiro nas costas do contribuinte, o governador gastando duas vezes, e passa como bonitinho, como aquele que está inovando, renovando e fazendo a nova política. Que política nova é essa?

Por fim, companheiros e companheiras, quero agradecer a atenção de todos e convidá-los a acompanhar a audiência pública que promoveremos amanhã, pela Comissão de Minas e Energia, quando receberemos o presidente da CPI e o relator da CPI do Estado de Goiás, estado esse que, há dois anos, privatizou seu serviço de energia. A empresa que venceu e o comprou foi a chamada Enel, uma empresa italiana que, segundo as denúncias e tudo aquilo que a gente relatou, precarizou demais o serviço de energia no Estado

de Goiás, aumentou em mais de 17% a tarifa, e é a mesma empresa que tem se manifestado, a maior do mundo, que, com certeza, deve comprar a Cemig, caso o governo faça isso, apesar de que a gente não irá permitir... Mas o processo é público. Se essa empresa assim o fizer, ela é que irá administrar a Cemig em Minas Gerais. Então eu queria convidá-los a conhecer essa experiência, que tem se mostrado extremamente negativa para aquela população de Goiás, que teve o seu serviço privatizado, que é a mesma proposta que o governador Zema está trazendo para Minas Gerais. Então nós já temos um exemplo prático. Vamos aqui conhecê-lo e compartilhá-lo com o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas deputados aqui presentes. Boa tarde, servidores desta Casa, público que nos acompanha e telespectadores da TV Assembleia. Eu fico muito satisfeito, deputado Virgílio, quando a gente fica aqui presente, atento às falas que nos antecedem e vê pessoas trazerem temas tão relevantes ao nosso Estado de Minas Gerais.

Ontem foi comemorado, deputado Cleitinho, o Dia do Idoso. E a gente vê o deputado Cristiano trazer esse tema para discutir aqui hoje, vê o deputado Ulysses Gomes trazer esse tema para discutir aqui nesta Casa, quando a gente vê a saúde em nosso estado tão penalizada, as pessoas que precisam do acesso à saúde tão penalizadas; vê o deputado Marquinho Lemos trazer aqui também nesta Casa assunto de relevância para o Estado de Minas Gerais, chamando a atenção das prefeituras do Estado para ficarem atentas, pois podem estar perdendo recursos. Então é muito interessante a gente ficar aqui, ouvir, somando os saberes. Eu costumo dizer – e repito mais uma vez – que ninguém aqui sabe mais que ninguém. A gente sabe coisas diferentes.

O que me traz aqui hoje, deputado Elismar Prado, é para falar também sobre a questão de saúde. Eu acho que não há um deputado, uma deputada nesta Casa que não receba, a cada dia, no seu celular, no seu WhatsApp, nos seus meios de comunicação, através da sua assessoria, que não seja parado no meio da rua, acho que não há um que não receba, a cada dia, demandas da área de saúde. Imaginem eu, que sou médico, e dediquei quase a minha vida inteira à questão da saúde, que todo final de semana estou nas bases, dialogando, onde as pessoas me encontram e relatam: “Deputado, há 6 meses, estou esperando um exame. Deputado, há um ano, estou esperando uma cirurgia. Deputado Jean, há cinco anos, estou esperando uma cirurgia, numa fila, deputado Cleitinho”.

Eu quero pedir o apoio de todos os companheiros e companheiras e fiquei sabendo também, deputado Cleitinho, do seu interesse pelo tema. Agora há pouco, nós falávamos sobre um projeto de lei de minha autoria, que está aqui nesta Casa desde o mandato passado, foi um dos meus primeiros projetos de leis apresentados aqui, para a gente criar a fila única do SUS. Nós não podemos aceitar isso. Toda hora que a gente fala, as pessoas falam: “Eu estou na fila. Eu estou na fila”. Que fila é essa? Onde existe essa fila? Ela é publicizada ou quem tem uma devida amizade, seja com político A ou B, seja com qualquer um de nós aqui presentes, tem mais oportunidade de chegar ao tratamento? Eu acho que nós temos que ter a coragem de enfrentar esse debate no Estado de Minas Gerais, de provocar os nossos pares a enfrentar no País, porque este Sistema Único de Saúde, o SUS, é uma das maiores ideias, um dos maiores projetos idealizados neste país. Eu acho que nós não devemos xingar o SUS. O SUS está presente na nossa vida a cada momento. Nesta água que eu bebo, o SUS está presente; ao escovar os dentes, o SUS está presente – aquela pasta, aquele creme dental tem que ter a fiscalização da Vigilância Sanitária. Ou seja, o SUS está presente na nossa vida do acordar ao dormir. E esse sistema da saúde, que ousa... E, diga-se de passagem, de qualidade, porque os tratamentos do SUS são de qualidade. A pobres e ricos. Nós temos que, cada vez mais, melhorar esse sistema, entender onde está o erro.

E eu queria pedir o apoio dos deputados para que esse nosso projeto tenha andamento. Se o projeto não estiver bom, se precisar, que coloquem emendas. Que a gente discuta ele: não está certo isto aqui, vamos mudar, é constitucional, não é constitucional. Mas vamos andar. Porque a fila do SUS não está andando, não está andando. Existem muitos fura-filas por aí.

Passo a fala ao deputado Cleitinho, que, com certeza, vai enriquecer o nosso debate.



O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)\* – Jean, boa tarde. Eu queria aqui lhe dar todo o meu apoio nesse projeto. A gente estava conversando aqui. Eu já vinha com essa ideia. Quando cheguei aqui, você me contou. O que me deixou triste foi saber que esse projeto está aqui há quatro anos. É um projeto de suma importância para o Estado de Minas Gerais, como você mesmo disse - a questão do SUS.

A gente, como político, vê que o SUS hoje não é um SUS fácil, é um SUS difícil. E o que me chamou a atenção quando eu vim conversar com você foi que, igual você falou, a gente faz projeto é em cima da demanda. E chega muita demanda de questão de cirurgia. E me chamou a atenção, de umas duas semanas para cá, muita gente pedindo cirurgia bariátrica. Aí muitas pessoas chegam para a gente e falam: “Cleitinho, a cirurgia está há oito anos...”; “Cleitinho, a cirurgia, tem cinco anos que eu estou na fila”. Aí eu queria saber que fila é essa. Que fila é essa? Em que posição que eles estão? Quem foram essas pessoas que estão na frente, que tiveram a cirurgia? Não é só bariátrica, não; de ortopedia, um monte de cirurgia que fica na fila. Mas essa fila nunca acaba.

Então esse projeto seu é de suma importância. Eu acho que eu vou ficar aqui, agora, igual um carrapato nas comissões, para que coloquem esse projeto seu. Esse projeto seu tem que ser aprovado. Têm que dar transparência para a gente saber quem fez essa cirurgia, que posição... A Tatiane, minha amiga lá de Divinópolis, em qual posição ela está no SUS? Ela é a 15ª? Ela é a 20ª? Em que dia e em que ano que vão operar ela? Que fila é essa que não funciona, não existe na prática? Uma fila de sonho, que não existe.

Então esse projeto faz isso, esse projeto é para dar transparência e colocar o devido lugar: em qual posição que o cidadão está? O que não pode é a gente ficar... Manda para a gente, e a gente não tem resposta. A gente tem que ter resposta. Quando uma pessoa, um cidadão procura a gente, principalmente pelo SUS, a gente tem que dar uma resposta para ele: vai ser assim; vai ser em novembro; vai ser em janeiro de 2020; você está na 15ª posição. Agora não existe nada, não tem transparência nenhuma.

Então queria aqui lhe dar todo o meu apoio, parabenizar você pelo projeto. E eu estou aqui para o que der e vier. Conte comigo aqui. O que eu puder fazer, nesta Assembleia, para poder aprovar esse projeto com V. Exa., conte comigo. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Obrigado, deputado Cleitinho. Eu sei que a gente pode contar com o seu apoio.

E eu poderia citar algumas situações aqui. Você citou a questão das fraturas. Por que um paciente que fratura o fêmur lá no Vale do Jequitinhonha fica dias e dias, às vezes meses, Cleitinho, esperando para ser operado, sujeito a uma infecção hospitalar? O hospital está gastando com ele internado, com alimentação, com medicações. Por que isso acontece? E, às vezes, são hospitais que recebem emendas parlamentares para comprar determinados aparelhos. Mas por que a preferência pela Unimed, pelo particular, e não ter uma porcentagem da fila do SUS? Porque os recursos públicos, muitas vezes, estão nos hospitais. Então, muitas vezes, usam os recursos públicos para fazer cirurgias particulares ou de plano de saúde. A questão da hiperplasia prostática. Nós discutimos aqui, hoje, a questão do idoso, e ontem foi o Dia do Idoso. É justo, é correto um idoso ficar usando uma sonda vesical às vezes meses, anos, enquanto um ato cirúrgico poderia resolver o problema dele? Isso é justo, isso é correto? Isso se também não há outro dinheiro sendo alocado no local para tratamento dele no PSF, que está tendo outros gastos também, enquanto poderia resolver com uma cirurgia.

A cirurgia bariátrica, que V. Exa. citou. A obesidade tem que ser tratada como uma questão de saúde pública. Como uma questão de saúde pública. O obeso sofre *bullying*, o obeso tem maior tendência a entrar em depressão. E essa cirurgia bariátrica? Existe uma fila? Onde está? Nós podemos ter conhecimento dela? Ou o paciente que vai ficando na fila e vendo que não anda... O jeito é fazer, pedir um outro? Agora tem acontecido muito isto: quem de V. Exas. não foi colocado em um grupo de WhatsApp para ajudar em determinada cirurgia ou outra? E eu reconheço que aquelas famílias estão ali desesperadas. A cirurgia de adenoide. As mães ficam apavoradas, querendo que seus filhos façam essa cirurgia logo e acabam muitas vezes vendendo um bem que não deveria ser vendido. Acabam se sacrificando para fazer a cirurgia.

A cirurgia que venho debatendo muito: começamos de 15 dias para cá a debater muito nesta Casa, Sr. Presidente, a questão da gigantomastia. São as pacientes – e pode acontecer também nos homens; é raro, mas pode acontecer, mas mais nas mulheres – com mamas volumosas, muitas dessas pacientes com obesidade. Ou seja, dois problemas, e às vezes teriam que fazer a cirurgia bariátrica



antes; são pacientes com mamas gigantes, causando problemas de coluna, causando problemas emocionais, depressão, que pode levar ao suicídio. Dessas pacientes, deputado Cleitinho, já ouvimos relatos de cinco anos numa dita fila; já ouvimos relatos de ficarem 10 anos numa fila.

O que nós, deputados e deputadas, podemos fazer? Muitas vezes as pessoas pedem ajuda financeira. Está correto fazer isso? É correto isso? Ou nós podemos legislar nessa causa, fazer projetos de leis, provocar audiências públicas para que esse, que é um direito do cidadão e da cidadã, seja dado a ele? Isso não é esmola. Isso não é esmola.

Nós temos relatos, como um que recebi poucos dias atrás – a gente não precisa estar perto do paciente, só com o relato você compreende tudo –, de pacientes que se sentem incomodadas, que não deixam nem que façam o exame por verdadeira vergonha; com suas mamas feridas, verificam se a porta do consultório está fechada, choram. Nós não devemos tratar esse fato, esse caso da gigantomastia – às vezes até levando para um lado de discriminação, deputado Cleitinho – como um problema de estética, pensando que muitas dessas pacientes querem operar por um problema de estética. Não. Não é. Eu, não só como parlamentar mas como profissional da área da saúde, Sr. Presidente, sei que isso vai muito além. Não é questão de estética. Aliás, será que não há pacientes – é uma dúvida que fica aqui – furando essas tais filas para fazer essa cirurgia por uma questão de estética, enquanto temos pacientes que, verdadeiramente, precisam? Será que a cirurgia bariátrica – será? - está tendo todas as suas normativas seguidas, a questão do peso, porque é acima de tal peso que é indicada a cirurgia?

O que quero aqui fomentar, pedindo o apoio dos deputados e das deputadas – já levei essa questão à Comissão das Mulheres, apresentamos, hoje, na Comissão da Saúde e já apresentamos na Comissão de Participação Popular –, é o debate desse tema, principalmente dessa questão da gigantomastia. Precisamos debater isso. Precisamos ajudar tantos irmãos e irmãs que passam por essa questão.

Então, quero deixar aqui o meu agradecimento aos colegas que ficaram aqui até este momento e agradecer-lhe, Sr. Presidente. Peço o apoio a todos vocês para que possamos juntos enfrentar essa questão.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/9/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriana Cangussu Milagres, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Wanderley Soffiett de Souza, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Márcia Ferreira Padula Lopes, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Silvana Nogueira Vieira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Cultura;

nomeando Wanderley Soffiett de Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis n°s 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar n° 64, de 25/3/2002, e das Resoluções n°s 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou os seguintes atos:

apostando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 23/9/2019, a servidora Rosana Baêta da Costa Pereira, CPF n° 556.044.556-87, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – taquígrafo, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

**ERRATA****ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/10/2019, na pág. 16, no título, onde se lê:

“35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA”, leia-se:

“34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA”.